**BID Brasil**

**CTI/CBR**

**Regulamento Operacional do Projeto- ROP**

**Programa de Inovação para o Crescimento**

**BR-L1490**

Outubro de 2017

Sumário

[CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO 5](#_Toc481394360)

[I- FINALIDADE 5](#_Toc481394361)

[II- PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS 5](#_Toc481394362)

[III- DEFINIÇÕES 5](#_Toc481394363)

[CAPÍTULO 2 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PROGRAMA 7](#_Toc481394364)

[I- HISTÓRICO 8](#_Toc481394365)

[II- OBJETIVO DO PROGRAMA 8](#_Toc481394366)

[CAPÍTULO 3 - COMPONENTE 1: Inovação em Setores Prioritários 9](#_Toc481394367)

[I- OBJETIVO 9](#_Toc481394368)

[II- EXECUÇÃO 10](#_Toc481394369)

[A. Modalidade de Apoio 11](#_Toc481394370)

[B. Linhas de Ação 13](#_Toc481394371)

[C. Condições de Financiamento: 13](#_Toc481394372)

[D. Itens Financiáveis 15](#_Toc481394373)

[E. Processos Seletivos 15](#_Toc481394374)

[F. Fluxo de Desembolso 21](#_Toc481394375)

[G. Avaliação e Monitoramento 22](#_Toc481394376)

[H. Gestão Ambiental 22](#_Toc481394377)

[I. Objeto de não objeção 24](#_Toc481394378)

[III- SETORES PRIORITÁRIOS 24](#_Toc481394379)

[A. Química 24](#_Toc481394380)

[B. Mineração 26](#_Toc481394381)

[C. Biocombustíveis 28](#_Toc481394382)

[D. Agronegócios, alimentos e bebidas 29](#_Toc481394383)

[E. Tecnologias da Informação e Comunicações 29](#_Toc481394384)

[F. Saúde 29](#_Toc481394385)

[G. Metal mecânica 30](#_Toc481394386)

[CAPÍTULO 4 - COMPONENTE 2: Modernização Tecnológica para o Desenvolvimento Regional 31](#_Toc481394387)

[I- OBJETIVO 31](#_Toc481394388)

[II- INOVACRED 32](#_Toc481394389)

[A. Agentes Financeiros Credenciados 32](#_Toc481394390)

[B. Empresas e outras instituições beneficiadas 33](#_Toc481394391)

[C. Itens Financiáveis 34](#_Toc481394392)

[D. Condições de Financiamento 35](#_Toc481394393)

[E. Avaliação e Monitoramento 36](#_Toc481394394)

[F. Fluxo de Desembolso 37](#_Toc481394395)

[III- INOVACRED EXPRESSO 39](#_Toc481394396)

[A. Requisitos para Enquadramento 39](#_Toc481394397)

[B. Itens Financiáveis 40](#_Toc481394398)

[C. Participação da Finep e Ressarcimento de Despesas 40](#_Toc481394399)

[D. Custo do Financiamento, Prazos e Garantias 40](#_Toc481394400)

[IV- EXECUÇÃO INOVACRED E INOVACRED EXPRESSO 41](#_Toc481394401)

[A. Gestão Ambiental 41](#_Toc481394402)

[B. Objeto de não objeção 42](#_Toc481394403)

[I- OBJETIVO 43](#_Toc481394404)

[II- INSTRUMENTO DE APOIO FINANCEIRO 44](#_Toc481394405)

[III- EXECUÇÃO 45](#_Toc481394406)

[A. Itens Financiáveis 45](#_Toc481394407)

[B. Elegibilidade das Empresas 45](#_Toc481394408)

[C. Seleção dos Projeto 46](#_Toc481394409)

[D. Fluxo de Desembolso, Monitoramento e Avaliação 48](#_Toc481394410)

[E. Gestão Ambiental 49](#_Toc481394411)

[F. Objeto de não objeção 50](#_Toc481394412)

[I- OBJETIVO 51](#_Toc481394413)

[II- AÇÕES FINANCIAVEIS 51](#_Toc481394414)

[A. Estudos de Prospecção/Roadmaping 51](#_Toc481394415)

[B. Implantação do Sistema de Avaliação de Resultados e Impactos 52](#_Toc481394416)

[C. Benchmarking Internacional 52](#_Toc481394417)

[D. Inovação Social 53](#_Toc481394418)

[E. Gestão do Programa 54](#_Toc481394419)

[III- FLUXO DE DESEMBOLSO 54](#_Toc481394420)

[IV- OBJETO DE NÃO OBJEÇÃO 54](#_Toc481394421)

[CAPÍTULO 7 - CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO 55](#_Toc481394422)

[I- CUSTO DO PROGRAMA 55](#_Toc481394423)

[II- DISTRIBUIÇÃO POR FONTE 55](#_Toc481394424)

[III- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 56](#_Toc481394425)

[IV- CONDIÇÕES GERAIS DO EMPRÉSTIMO 56](#_Toc481394426)

[CAPÍTULO 8 - ORGNIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO 58](#_Toc481394427)

[I- PROCESSOS DE AQUISIÇÕES 60](#_Toc481394428)

[II- MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA 60](#_Toc481394429)

[A. Condições prévias ao primeiro desembolso. 60](#_Toc481394430)

[B. Desembolsos e Fluxo de Recursos 61](#_Toc481394431)

[III- MECANISMO DE CONTROLE FINANCEIRO 62](#_Toc481394432)

[A. Sistema de Gestão Financeira 62](#_Toc481394433)

[B. Controle Interno 63](#_Toc481394434)

[C. Controle Externo 63](#_Toc481394435)

[CAPÍTULO 10 - GESTÃO AMBIENTAL 64](#_Toc481394436)

[I- SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS 64](#_Toc481394437)

[II- ATIVIDADES FINANCIÁVEIS 64](#_Toc481394438)

[III- FINANCIAMENTO RETROATIVO 65](#_Toc481394439)

[IV- SUPERVISÃO 65](#_Toc481394440)

[V- MODIFICAÇÕES DO REGULAMENTO OPERATIVO 66](#_Toc481394441)

[I- MISSÃO DE ARRANQUE E VISITAS DE ACOMPANHAMENTO 67](#_Toc481394442)

[II- INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 67](#_Toc481394443)

[A. Plano de Execução do Programa (PEP) 67](#_Toc481394444)

[B. Plano Operacional Anual (POA) 67](#_Toc481394445)

[C. Plano de Aquisições (PA) 68](#_Toc481394446)

[D. Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR) 68](#_Toc481394447)

[E. Relatório Final 68](#_Toc481394448)

[F. Relatório Semestral Social e Ambiental 68](#_Toc481394449)

[ANEXO 1 Lista de Exclusão de Atividades para os Programas do BID 69](#_Toc481394450)

[ANEXO 2 Lista de Projetos 71](#_Toc481394451)

[ANEXO 3 Agências de Inovação Pré-selecionadas 72](#_Toc481394452)

[ANEXO 4 Modelo de Termo de Credenciamento 75](#_Toc481394453)

[ANEXO 5 Modelo de Carta de Disponibilização de Recursos 79](#_Toc481394454)

[ANEXO 6 Síntese do Mecanismo de Equalização do FNDCT 82](#_Toc481394455)

[ANEXO 7 Lista de Documentos Exigidos para Avaliação Jurídica 86](#_Toc481394456)

[ANEXO 8 Contratações por Porte e por Agente Financeiro Credenciado 88](#_Toc481394457)

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

## FINALIDADE

Este Regulamento Operativo do Projeto – ROP do Programa de Inovação para o Crescimento descreve: os objetivos, componentes, atividades, as normas que regem o financiamento, bem como estabelece os mecanismos de execução e coordenação do Programa, por meio dos: procedimentos para sua execução, processos de trabalho, planejamento, acompanhamento e avaliação do Programa, conforme previsto no Contrato de Empréstimo xxxx/OC-BR, firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Este Manual poderá sofrer atualizações periódicas ao longo da implementação do Programa, que serão resultantes de acordos entre o BID e a Finep.

Em caso de conflito entre o estabelecido neste Regulamento e o estabelecido no Contrato de Empréstimo, prevalecerá o último.

## PRINCIPAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS

**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento, organismo internacional multilateral de direito público outorgante dos empréstimos aos Mutuários.

**Mutuário -** Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa publica brasileira com personalidade jurídica de direito privado.

**Órgão Executor -** Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública brasileira de fomento aos setores de inovação. A empresa é vinculada ao [Ministério da Ciência e Tecnologia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Ci%C3%AAncia,_Tecnologia_e_Inova%C3%A7%C3%A3o) e Inovação.

**Beneficiários -** Empresas em setores prioritários, agência de fomento, bancos de desenvolvimentos regionais e Startups.

## DEFINIÇÕES

Todas as vezes em que presente Regulamento Operativo fizer menção à algum dos termos abaixo descritos, os mesmos significarão o seguinte:

|  |  |
| --- | --- |
| **TERMOS** | **DESCRIÇÃO** |
| AAS | Avaliação Ambiental e Social |
| AIA | Análise de Impacto Ambiental |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CCLIP | Crédito Condicional para Projetos de Investimento |
| CMN | Conselho Monetário Nacional |
| Contrato de Empréstimo | Contrato entre o BID e a Finep |
| EFA | Estados Financeiros Auditados do Programa |
| Finep | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FNDCT | Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| FUNTTEL | Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações |
| ICT | Instituição Científica e Tecnológica |
| MCTIC | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. |
| MPMe | Micro, Pequenas e Médias Empresas |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| PA | Plano de Aquisições |
| PBM | Plano Brasil Maior |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |
| PEI | Plano Estratégico de Inovação |
| PEP | Plano de Execução do Projeto |
| PGAS | Plano de Gestão Ambiental e Social |
| PN | Plano de Negócio |
| POA | Plano Operacional Anual |
| Programa | Programa de Inovação para o Crescimento |
| Projeto | Todos os projetos contratados pela Finep, sejam de forma direto, ou por meio dos Agentes Financeiros |
| ROP | Regulamento Operativo do Programa |
| SNI | Sistema Nacional de Inovação |
| TdR | Termo de Referência |
| TIC | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| TJLP | Taxa de Juros de Longo Prazo |
| USP | Universidade de São Paulo |

# 

# 

# CAPÍTULO 2 - DEFINIÇÕES GERAIS DO PROGRAMA

## HISTÓRICO

O Brasil apresenta limitações em matéria de investimento em inovação e atrasos na produtividade o que o impede de crescer a nível de desenvolvimento sustentável a longo prazo. Esses atrasos estão diretamente ligados com a insuficiente capacidade produtiva, tecnológica e de inovação do setor empresarial, alinhados com: i) a baixa diversificação produtiva derivada do insuficiente nível de investimento privado em inovação; ii) a alta heterogeneidade produtiva e desigualdade regional; iii) o insuficiente dinamismo do setor empresarial; e iv) falhas de coordenação entre os agentes públicos e privados do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

A exaustão do modelo de crescimento econômico brasileiro deixou o país com brechas de produtividade e inovação que dificultam seu desenvolvimento econômico. Este programa de apoio à inovação para o crescimento econômico apoiará o Brasil para incrementar a inovação privada em setores prioritários, aumentar as adoções tecnológicas em micro, pequenas e médias empresas, potencializar a escala de empreendimentos dinâmicos e fortalecer as capacidades institucionais da Finep.

Para tanto, o Governo brasileiro solicitou o apoio do Banco para financiar o Programa de forma que permitisse unir conhecimento técnico com recursos financeiros à Finep. A solicitação está formulada como uma linha CCLIP que consiste em um montante de US$ 1.500 milhões (um bilhão e quinhentos milhões de dólares). O presente programa “Inovar para Crescer” corresponde à primeira operação individual do CCLIP em um montante de US$ 703 milhões (setecentos e treze milhões de dólares), dos quais o Banco financiara US$ 600 (seiscentos milhões de dólares) e a Finep US$ 103,6 (cento e três milhões de dólares).

## OBJETIVO DO PROGRAMA

O objetivo da Linha CCLIP é incrementar a produtividade das empresas brasileiras mediante um maior investimento privado em inovação e uma maior dinamização do SNI do país. O objetivo geral da primeira operação individual é gerar melhorias na produtividade por meio do fomento de investimento em inovação. Os objetivos específicos são: (i) incrementar o investimento em inovação de empresas nos setores prioritários; (ii) aumentar a adoção de tecnologia em pequenas e médias empresas com potencial inovador; (iii) facilitar o crescimento do empreendimento dinâmico; e (iv) fortalecer as capacidades institucionais da Finep para o desenho, monitoramento e avaliação de projetos estratégicos.

# CAPÍTULO 3 - COMPONENTE 1: Inovação em Setores Prioritários

## OBJETIVO

O objetivo deste componente é o de incrementar o investimento em inovação de empresas em sete setores priorizados[[1]](#footnote-1) no âmbito da ENCTI (2016-2022). Para cumprir com este objetivo serão financiados projetos empresariais selecionados em forma competitiva desde que sejam orientados a enfrentar desafios científicos, tecnológicos e de inovação. Por meio deste apoio espera-se que as empresas beneficiárias aumentem seus esforços em atividades de inovação, especialmente Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), desenvolvam produtos e processos inovadores em âmbito organizacional e de comercialização e que sejam relevantes para melhorar a produtividade do país.

O componente operará segundo duas modalidades de financiamento previstas na política operacional da FINEP: recursos reembolsáveis para empresas e recursos não reembolsáveis para Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT)[[2]](#footnote-2) e para empresas.[[3]](#footnote-3) O mecanismo de seleção de projetos de empresas a serem financiados por financiamentos reembolsáveis irá ocorrer através de demanda espontânea, enquanto que os projetos para ICT e para empresas financiados por recursos não reembolsáveis serão financiados através de editais públicos. Espera-se que esse componente financie ao redor de 80 projetos de inovação incluindo as duas modalidades de financiamento. Maiores detalhes sobre aspectos operativos são resumidos a seguir.

Os projetos de inovação de empresas selecionados através de demanda espontânea serão financiados mediante financiamentos reembolsáveis (recursos do Empréstimo) até 80% de seu custo sendo que o restante deverá ser aportado como contrapartida pela empresa beneficiária. Os financiamentos reembolsáveis em cada projeto terão um mínimo de US$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares) e um máximo de US$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Dólares) com um prazo de execução de até 3 (três) anos. Os projetos elegíveis poderão utilizar o financiamento para as seguintes atividades: (i) P&D interno; (ii) contratação de P&D externo; (iii) aquisição de serviços tecnológicos e de engenharia; (iv) aquisição de software; (v) capacitação e treinamento de recursos humanos; (vi) introdução de novas tecnologias no mercado; (vii) aquisição de máquinas e equipamentos; e (viii) escalonamento de protótipos.

Os critérios técnicos para seleção de projetos de inovação de empresas beneficiadas por meio de financiamentos reembolsáveis estão baseados no cumprimento de dois pilares centrais[[4]](#footnote-4) : (a) grau de inovação; e (b) relevância da inovação para o setor priorizado. No primeiro, os projetos beneficiários serão avaliados em função de: (i) mérito da inovação; (ii) alcance geográfico; (iii) mobilização do Sistema Nacional de Inovação (SNI); (iv) qualificação da equipe técnica; (v) incerteza tecnológica; e (vi) trajetória inovadora da empresa, entre outros. No segundo, se analisará: (i) relevância do projeto dentro das prioridades tecnológicas do setor; (ii) impacto na empresa beneficiária; (iii) alcance dos derrames tecnológicos e de conhecimento; (iv) impacto na estrutura do mercado; e, (v) impacto na internacionalização. Do cruzamento entre os dois pilares se classificará o projeto em uma das seguintes categorias: (i) inovação pioneira (alto risco); (ii) melhora de competitividade (risco médio); ou (iii) melhora do desempenho (risco baixo). A cada uma dessas categorias corresponderão distintas condições de financiamento.

Os projetos de inovação de ICT selecionados através de editais públicos serão financiados mediante recursos não reembolsáveis (recursos de Contrapartida Local).[[5]](#footnote-5) O apoio contempla a execução de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, financiamento de infraestrutura para pesquisa e capacitação de recursos humanos. O apoio financeiro poderá ser outorgado tanto para ICT individuais, como a grupos de ICT ou em colaboração com empresas.

Os projetos de inovação de empresas selecionados através de editais públicos serão financiados por meio de recursos não reembolsáveis (recursos de Contrapartida Local). O apoio contempla o desenvolvimento de produtos e/ou processos inovadores em setores prioritários com um significativo risco tecnológico e representam uma oportunidade de mercado. Serão elegíveis empresas privadas ou públicas, de qualquer tamanho, que concorram individualmente ou em consórcio, sempre que a proposta cumpra integralmente com os requisitos de cada edital, incluindo o respectivo aporte de contrapartida de 5% do montante recebido. Os projetos empresariais beneficiários poderão financiar as seguintes atividades de inovação: (i) recursos humanos; (ii) matérias primas; (iii) serviços técnicos especializados; (iv) patentamento das soluções desenvolvidas no projeto; e (v) conservação, instalação e adaptação de infraestrutura destinada exclusivamente às atividades de inovação. Os recursos não reembolsáveis terão um mínimo de US$315.000,00 (trescentos quince mil Dólares) e um máximo de US$3.000.000,00 (três milhões de Dólares) por projeto, com um prazo de execução de até 3 (três) anos.

## EXECUÇÃO

Este componente será executado em consonância com a Política Operacional da Finep aprovada em 2016 e suas possíveis atualizações ([http://www.Finep.gov.br/images/a-Finep/politica-operacional/20\_10-2016\_POLITICA\_OPERACIONAL\_2016.pdf](http://www.finep.gov.br/images/a-finep/politica-operacional/20_10-2016_POLITICA_OPERACIONAL_2016.pdf)).

A Política Operacional tem como diretrizes Gerais: i) Grau de inovação da proposta e relevância da matéria para o Estado; ii) Articulação com outras iniciativas governamentais[[6]](#footnote-6); iii) Externalidades socioeconômicas e ambientais associadas ao plano de inovação, bem como a promoção do desenvolvimento local, a nacionalização das cadeias de produção, a autonomia tecnológica, a internacionalização de empreendimentos brasileiros e demais objetivos estratégicos pertinentes.

Deverão, também, serem adotados na análise, acompanhamento e avaliação, os princípios do Desenvolvimento Sustentável, em suas três vertentes, são eles: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

### Modalidade de Apoio

i) **Financiamento Não Reembolsável:** é concedido para apoiar no desenvolvimento de produtos e processos inovadores em setores prioritários, os que são caracterizados por terem significativo risco tecnológico e representar uma oportunidade de mercado. Os projetos podem ser realizados por instituições cientificas tecnológicas (ICT)[[7]](#footnote-7) isoladamente, em grupos, ou em cooperação com empresas, ou empresas[[8]](#footnote-8) de forma isoladas.

O público alvo são as instituições científicas e tecnológicas nacionais, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, empresas brasileiras, privadas ou públicas, de qualquer porte, individualmente ou em associação, sempre que a proposta de negócio cumpra integralmente com os requisitos de cada chamamento público, incluindo o respectivo aporte de contrapartida equivalente a 5% do montante recebido.

Os projetos empresariais poderão financiar as seguintes atividades de inovação: i) recursos humanos, matérias primas, ii) serviços técnicos especializados, iii) patenteamento das soluções desenvolvidas no projeto; e iv) conservação, instalação e adaptação de infraestrutura destinada exclusivamente às atividades de inovação. Os gastos de capital devem limitar-se em 20% do total solicitado pelo projeto. A porcentagem mínima de contrapartida está descrita na tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Classificação por porte** | **Receita operacional bruta em 2015** | **% mínima de contrapartida para recursos não reembolsáveis da FINEP** |
| Microempresa e Empresa de Pequeno porte | Até R$ 16.000.000,00 | 20% |
| Média Empresa | De R$16.000.000,01 a R$ 90.000.000,00 | 50% |
| Média - Grande Empresa | De R$90.000.000,01 a R$ 300.000.000,00 | 100% |
| Grande Empresa | Acima de R$ 300.000.000,00 | 200% |

Os mecanismos e critérios para avaliação, habilitação e seleção dos projetos são definidos pela Finep, segundo diretrizes e temas estratégicos definidos nas instâncias de deliberação relacionadas à origem dos recursos[[9]](#footnote-9) e tendo como parâmetros os Planos e Políticas do Governo Federal. Os projetos são habilitados por meio de Chamamento Público.

**ii) Financiamento Reembolsável:**  apoiar os Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das Empresas brasileiras, detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo do financiamento, em consonância com o [Plano Brasil Maior - PBM](http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/) do Governo Federal[[10]](#footnote-10) e as seguintes diretrizes:

* Aumento de competitividade nacional e internacional;
* Incremento de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no País e cujos investimentos sejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam;
* Inovação com relevância regional ou inserida em arranjos produtivos locais, objeto de programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
* Contribuição mensurável para o adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas;
* Parceria com universidades e/ou instituições de pesquisa do País.

O público alvo são as médias, médias-grandes e grandes empresas. Não são passíveis de apoio no âmbito do programa empresas sob o controle de capital estrangeiro que exerçam atividades econômicas não especificadas no [decreto nº 2.233[[11]](#footnote-11), de 23/05/1997](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2233.htm) e suas alterações.

No fluxo para obtenção do financiamento reembolsável, a empresa deve primeiramente fazer o seu cadastro e apresentar seu Plano Estratégico de Inovação (PEI). Esse será selecionado pelos critérios do grau de inovação e de relevância da inovação para o setor priorizado. O grau de inovação avalia de forma central: i) mérito de inovação; ii) alcance geográfico; iii) mobilização do SNI; iv) qualificação da equipe técnica; v) incerteza da tecnologia; vi) trajetória da empresa, entre outros. No segundo eixo de análise são avaliados: (i) a relevância do projeto dentro das prioridades tecnológicas do setor; (ii) o impacto para a empresa beneficiaria, (iii) o alcance da repercussão tecnológica e de conhecimento; (iv) o impacto na estrutura do mercado; e (v) o impacto na internalização.

### Linhas de Ação

O apoio da Financiadora à inovação das empresas brasileiras, por meio de financiamento reembolsável (ou financiamento misto onde uma parte dos recursos para o projeto é reembolsável e outra parte é não reembolsável), ocorre dentro das seguintes Linhas de Ação:

**Inovação pioneira:** PEI com elevado grau de inovação e de relevância para o setor econômico beneficiado. As propostas devem resultar em inovações por meio do desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inéditos para o Brasil.

**Inovação para competitividade:**PEI centrados no desenvolvimento ou significativo aprimoramento de produtos, processos ou serviços que tenham também potencial de impactar o posicionamento competitivo da empresa no mercado.

**Inovação para desempenho:** PEI que resultam em inovações de produtos, processos ou serviços no âmbito da empresa. Esses planos se qualificam como uma iniciativa da organização de adotar uma estratégia de inovação, ainda que possam ter impacto limitado no setor econômico no qual estão inseridos. Podem ser centrados em atualização tecnológica, por meio da absorção ou aquisição de tecnologia, sendo capazes de impactar na produtividade da empresa, em sua estrutura de custos ou no desempenho de seus produtos e serviços.

**Pré-investimento:** nessa linha se enquadram projetos de pré-investimento, que incluem estudos de viabilidade técnica e econômica, estudos geológicos, além de projeto básico, de detalhamento e executivo.

**Inovação Crítica**: esta linha se aplicará a propostas demandadas pelo governo que expressem a necessidade de desenvolvimento tecnológico para atendimento a prioridades nacionais de interesse estratégico. Nessa linha se enquadram planos estratégicos de inovação que resultam no desenvolvimento de inovações críticas. Inovações críticas são aquelas que visam atender às necessidades de autonomia tecnológica, econômicas e sociais futuras do país; têm longo prazo de maturação, demandam grande esforço de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas e mobilizam preferencialmente universidades e institutos de pesquisa.

### Condições de Financiamento:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Linhas de Ação** | | | | |
|  | Inovação Pioneira | Inovação para a Competitividade | Inovação para Desempenho | Pré-investimento | Inovação Crítica |
| Taxa: | TJLP + 1,5% a.a. | TJLP + 3,0% a.a. | TJLP + 4,0% a.a. | TJLP + 5,0% a.a. | TJLP |
| Carência: | 36 meses | 36 meses | 24 meses | 24 meses | 48 meses |
| Prazo total: | 120 meses | 120 meses | 84 meses | 84 meses | 144 meses |
| Participação da Finep: | 80% | 70% | 60% | 60% | 90% |

Assim como expresso na tabela anterior as condições de financiamento dependem da linha de ação de cada projeto. Porém todas as linhas possuem a TJLP como taxa base.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é um indexador econômico instituído pela Medida Provisória nº 684, de 31/10/1994 e alterada pela Lei nº 10.183/2001. Foi criada visando estimular e regulamentar os investimentos a longo prazo em infraestruturas e no setor de consumo. O cálculo da TJLP é baseado nos seguintes parâmetros: (i) Meta da inflação: tem como índice padrão o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo; e (ii) Prêmio de risco: quanto maior a probabilidade de perda de investimento de um título público em relação a outro investimento considerado seguro, maior deverá ser o prêmio de risco. O órgão responsável pela fixação trimestral da taxa percentual da TJLP e o Conselho Monetário Nacional (CMN). A divulgação é da responsabilidade do Banco Central do Brasil.

A TJLP é calculada a partir dos seguintes parâmetros: a) meta de inflação calculada *pro rata* para os 12 (doze) meses seguintes ao 1º (primeiro) mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo CMN; b) prêmio de risco.

Os prazos de carência e amortização são calculados em função da combinação entre os prazos de execução dos projetos, sua geração de caixa e a capacidade de pagamento da empresa, respeitadas as limitações impostas em cada linha de ação e pelas fontes de recursos utilizadas.

Será cobrada uma Taxa de Inspeção e Vigilância como forma de ressarcimento para realização dos controles das operações e acompanhamento dos projetos financiados. A tarifa corresponde a um percentual do valor total do projeto sendo aplicado sobre o valor de cada parcela do financiamento e deduzido no momento de sua efetiva liberação. Seu percentual é estabelecido em contrato e sua fórmula de cálculo encontra-se na tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Valor do Financiamento** | **Taxa de Inspeção e Vigilância** |
| Acima de R$ 10.000.000,00 e até R$ 100.000.000,00 | 1% acrescido de parcela fixa de R$ 100.000,00, rateada por parcela. |
| Acima de R$ 100.000.000,00 e até R$ 150.000.000,00 | 0,75% acrescido de parcela fixa de R$ 350.000,00, rateada por parcela. |
| Acima de R$ 150.000.000,00 e até R$ 200.000.000,00 | 0,5% acrescido de parcela fixa de R$ 725.000,00, rateada por parcela. |
| Acima de R$ 200.000.000,00 | Parcela fixa de R$ 1.725.000,00, rateada por parcela. |

### Itens Financiáveis

Para este componente serão investidos um total de US$ 491,4 (quatrocentos e noventa e ummilhões e quatrocentos mil dólares) sendo mais de 80% do aporte BID (na modalidade de financiamento reembolsáveis com projetos de US$ 3 até US$ 30 milhões) e mais de 20% do aporte local (na modalidade de financiamento não reembolsável com projetos de US$ 315 mil até US$ 3 milhões). São itens financiáveis:

* P&D interno;
* Aquisição externa de P&D;
* Aquisição de serviços tecnológicos e de engenharia;
* Aquisição de software;
* Capacitação Treinamento de recursos humanos;
* Introdução das inovações tecnológicas no mercado;
* Aquisição de máquinas e equipamentos; e
* Escalonamento de protótipos.

A Finep não financia capital de giro, mas financia a implantação de infraestrutura de centros de pesquisa e desenvolvimento em empresas instaladas no Brasil.

### Processos Seletivos

Setores com projetos não reembolsáveis

Habilitação

Chamada Pública

Habilitação

Setores com projetos mistos

Finep 30 dias Inovação

Setores com projetos reembolsáveis

1. **Chamada Pública:**

O processo seletivo para os Setores que adotarão a modalidade de financiamento não reembolsável ou financiamento misto (onde uma parte do financiamento será reembolsável e outra não reembolsável) inicia-se com a Chamada Pública, que é a publicação do Edital específico para o setor, no Portal da Finep ([http://www.Finep.gov.br/](http://www.finep.gov.br/) ), cuja finalidade é a ampla divulgação do apoio financeiro proposto. Esta etapa é chamada de Habilitação do Projeto.

O Edital tem por objetivo selecionar um Plano de Negócio (PN) de empresas brasileiras que contemplem o escopo das linhas temáticas apresentadas nele.

O PN organiza as informações desenvolvidas e coletadas sobre um negócio ou empreendimento que uma empresa, ou conjunto destas almeja realizar. Ele deve proporcionar uma visão clara e consistente sobre o desenvolvimento de um negócio/empreendimento até o atingimento de metas alcançáveis/viáveis. Assim, devem estar descritos: i) a empresa, sua estratégia e como o PN a ela se associa; ii) o empreendimento; iii) a análise de mercado; iv) os produtos ou serviços a serem gerados; v) o plano de comercialização dos produtos; e vi) o planejamento financeiro do PN.

O envio dos PN deverá ser realizado apenas por Empresas Brasileiras em modelo a ser divulgado no sítio eletrônico da Finep, devendo, para tanto, observar o seguinte:

* Deve contemplar o empreendimento em todas as suas fases, compreendendo sua estratégia, descrição, planejamento e execução dos investimentos produtivos, desde as etapas de pesquisa e desenvolvimento, até a inserção no mercado e comercialização de produtos.
* Deverão ter valor mínimo e prazo de execução dentro do que for estabelecido no Edital. Além disso, deverão ser executados no território nacional e terem finalidades aderentes ao objetivo descrito nas linhas temáticas atribuídas.
* As Empresas Líderes poderão apresentar seus PN individualmente ou em parceria com outras empresas ou com ICTs.
* O envio dos PN deverá ocorrer exclusivamente em meio eletrônico, nas datas limites estabelecidas no Edital, mediante o preenchimento do formulário que será oportunamente disponibilizado no sítio eletrônico da Finep.

A Seleção Pública será realizada de acordo com o pré-estabelecida no Edital e conduzida pelo Comitê de Avaliação formado por representantes da Finep. Este poderá contar com a participação de especialistas *ad hoc*, integrantes ou não do quadro de pessoal da Finep.

O Comitê de Avaliação poderá, para esclarecimento de dúvidas em relação aos PNs, ao longo do processo de seleção, solicitar informações e documentações adicionais, realizar visita conjunta às instalações das empresas participantes, promover reuniões presenciais ou adotar outras medidas que se façam necessárias à condução da seleção.

A avaliação de cada parâmetro (excetuando-se a Aderência Temática) dos PNs decorrerá da multiplicação de uma nota a ele atribuída pelo Comitê de Avaliação, de 0 a 10, ponderada pelos pesos indicados no Edital. A tabela a seguir expõe os parâmetros e seus conceitos que deverão ser avaliados.

| **Parâmetros** | **Conceitos** |
| --- | --- |
| Consistência do PN | (1) Adequação à estratégia de maneira a gerar vantagens competitivas para a empresa; (2) Cronograma; (3) Orçamento; (4) Mapeamento e capacidade de superação de riscos (tecnológicos, regulatórios, financeiros e comerciais); |
| Capacidade empreendedora | Avaliação da experiência e conhecimentos do proponente e seu(s) parceiro(s) na execução dos projetos que compõem o PN nas dimensões:  (1) Gerencial;  (2) Tecnológica;  (3) Financeira;  (4) Recursos humanos; e  (5) Infraestrutura |
| Grau de Ineditismo | (1) Inédita no mundo 10; ou (2) Inédita apenas no Brasil; ou  (3) Inédito para a empresa no Brasil |
| Impacto Potencial | Capacidade do novo produto/processo desenvolvido permitir o desenvolvimento de novos mercados e alterar a estrutura da competição na indústria. |
| Risco Tecnológico | Estágio atual de desenvolvimento da tecnologia proposta pelo PN. Em geral, quanto mais o produto/processo estiver distante de ser colocado no mercado, maior o risco tecnológico. |
| Capacidade Comercial | (1) Participantes do PN tem acesso direto ao mercado; ou (2) Participantes do PN não tem acesso direto ao mercado, mas comprovam intenção de compra, por empresa demandante, de parcela relevante da produção dos produtos/processos desenvolvidos; ou  (3) Participantes do PN não tem acesso direto ao mercado, mas comprovam intenção de teste, por empresa demandante, dos produtos/processos desenvolvidos; ou (4) Não possui acesso ao mercado ou qualquer intenção de compra ou de teste supracitados. |
| Capacidade Financeira | Grau de dependência do financiamento em porcentagem. |
| Externalidades | (1) Difusão de conhecimento (torna disponíveis os conhecimentos científicos para pessoas / empresas);  (2) Absorção tecnológica local (Propriedade Intelectual, Desenvolvimento de infraestrutura, qualificação de pessoal); (3) Adensamento de cadeias produtivas (integração com cadeias de produção locais e internacionais com uma escala adequada para o projeto); (4) Impacto social; e  (5) Impacto ambiental. |

Após a avaliação pelo Comitê é divulgado, no site da Finep, uma lista contendo o número do PN, fonte e modalidade de financiamento (no caso de não reembolsáveis é divulgado também o valor limite), e o nome das empresas com CNPJ que foram selecionadas no processo e estão habilitadas a serem avaliadas nos aspectos econômicos, financeiros, jurídicos e de garantias. Esta nova fase de avaliação ocorre de acordo com o fluxo usual de tramitação vigente na Finep chamado de Finep 30 dias Inovação.

1. **Finep 30 dias Inovação**

Este processo seletivo serve para todos os projetos reembolsáveis e não reembolsáveis (sendo obrigatória a aprovação do PN na etapa de pré-qualificação – Chamada Pública).

Para que ocorra a contratação do financiamento para PEI proposto e a liberação do recurso, é necessário que a empresa curse o fluxo de 4 (quatro) passos anteriores, são eles:

1. O cadastramento da empresa e moderação do cadastro:

Nesta etapa a empresa deverá fazer seu cadastro no site da Finep, onde são solicitadas as seguintes informações: i) informações da empresa (identificação e características da empresa); ii) características tecnológicas (informações gerais, características das atividades inovadoras e apoio recebido do governo); e iii) informações financeiras (demonstrações financeiras, balanço patrimonial e DRE e declaração do contador).

Após o envio do cadastro e durante o preenchimento do PEI, será iniciada a fase de moderação do cadastro, na qual a Finep verifica eventuais inconsistências, erros de preenchimento ou de entendimento e, conforme o caso, entra em contato com o cliente, para que sejam realizados os ajustes pertinentes.

1. Cadastro do Plano Estratégico de Inovação (PEI) + moderação

Após o cadastro da empresa (etapa anterior), o cliente recebe um e-mail com o nome do Gerente de Relacionamento, e fica liberado para iniciar o cadastramento do projeto. O envio, entretanto, somente estará liberado após a conclusão da verificação do cadastro do cliente por parte da Finep (Moderação).

São solicitadas, para o cadastro do PEI, as seguintes informações:

* Descrição da proposta, contendo: i) tipo de proposta; ii) dados do projeto; iii) biotecnologia e nanotecnologia; e iv) Descrição da inovação do produto/processo.
* Custos das atividades para a execução do projeto, onde deverá contemplar as seguintes informações: i) valor dos dispêndios; ii) recursos humanos; iii) produção pioneira e outras preparações; iv) compra de serviços de P&D; e v) outras fontes de financiamento deste projeto.
* Impacto e fatores de risco da(s) inovação(ões), contendo: i) impacto das inovações; e ii) fatores de risco.
* Cronograma físico e financeiro com as seguintes informações: i) condições propostas para o financiamento; ii) cronograma financeiro; e iii) marcos de acompanhamento.
* Informações financeiras: i) demonstrações financeiras; ii) premissas; e iii) balancete.

Após o envio do PEI, será iniciada a fase de moderação e, conforme o caso, a Finep entra em contato com o cliente, para que sejam realizados os ajustes pertinentes.

1. Análise de mérito e econômico-financeira

Após o cliente realizar o cadastro do projeto e o mesmo passar pela fase de moderação, inicia-se o processo de análise de mérito e econômico-financeira que são realizadas de forma independentes e paralelas, onde a Finep tem 30 dias para responder sobre a aprovação ou não da solicitação de financiamento. Durante ambas as análises a Finep poderá solicitar informações complementares.

Na análise de mérito é avaliada se a proposta é financiável e se está estruturada adequadamente. Seus eixos centrais são: grau de inovação e relevância da inovação para o setor.

Na análise econômico-financeira avalia-se o risco da operação e a capacidade de pagamento da empresa. Análise empresarial, setorial e de mercado; análise econômico-financeira retrospectiva e prospectiva.

1. Cadastro de documentação e análise jurídica e de garantias.

Esta fase tem início após a aprovação do projeto pela Diretoria da Finep (depois da análise de mérito e econômico-financeira) e fim com a autorização da contratação. A empresa receberá um e-mail informando que está habilitada a acessar o Portal Empresa para dar andamento ao processo.

O cliente deve apresentar a documentação listada na *Lista de Documentos para Contratação*[[12]](#footnote-12), no prazo de até 45 dias, a contar da divulgação da aprovação do financiamento. O não cumprimento deste prazo pode acarretar no cancelamento do projeto.

No próprio portal da Finep a empresa iniciará a submissão dos documentos relacionados aos partícipes do projeto (proponentes/solicitantes/executores e/ou co-executores) necessários à contratação. Cada documento deverá ser especificado de acordo com o tipo do documento, data de validade, data de emissão, valores e esclarecimentos, caso necessário.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Garantias Reais** | | |
| **Bens Imóveis** | **Bens Móveis** | **Direitos** |
| Além da documentação exigida na seção específica da *Lista de Documentos para Contratação,* deverá ser encaminhado laudo de avaliação elaborado por empresa de engenharia de avaliações. | Além da documentação exigida na seção específica da *Lista de Documentos para Contratação,* deverá ser encaminhado laudo de avaliação elaborado por empresa de engenharia. Onde será exigido o índice de cobertura do saldo devedor de 130%. Isto é, para se saber o saldo devedor coberto pela garantia, deve-se dividir o valor sugerido de garantia por 1,3. | A documentação exigida está descrita na seção específica desta modalidade, na *Lista de Documentos para Contratação.*  Para contabilização do valor coberto por Direitos Creditórios, será exigido índice de cobertura do saldo devedor de 130%. Isto é, para se saber o saldo devedor coberto pela garantia, deve-se dividir o valor sugerido de garantia por 1,3. |
| Obrigações:   1. Conservar o imóvel em condições normais de uso; 2. Pagar no prazo todos os impostos, taxas, multas ou quaisquer outras obrigações fiscais, assim como quaisquer encargos de condomínio sobre o imóvel; 3. Manter o imóvel segurado por garantia correspondente, no mínimo, à do seu valor monetário atualizado. | Especificações: o percentual de cobertura desta garantia, que varia de 0% a 50%, dependerá de análise interna da Finep. |  |
| Não serão aceitos como garantia os bens discriminados no Manual de Garantias[[13]](#footnote-13) | Não serão aceitos como garantia os bens discriminados no Manual de Garantias |  |

Para a obtenção do financiamento junto à Finep deverão ser apresentadas Garantias Reais e Pessoais cumulativamente, exceto em caso de garantia por fiança bancária e demais casos de dispensa.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Garantias Pessoais** | | |
| **Fiança Bancária** | **Fiança Pessoa Jurídica** | **Fiança Pessoa Física** |
| Será exigido índice de cobertura do saldo devedor de 100%. | Será exigido índice de cobertura do saldo devedor de 100%. | Será aceita apenas cumulativamente, não sendo contabilizada para cobertura de saldo devedor. |
| No caso da fiança bancária, se o banco fiador estiver classificado entre os 10 maiores por tamanho de Ativo (menos o custo da Intermediação Financeira), conforme informado pelo Banco Central do Brasil, não haverá necessidade de prévia análise da Finep. Caso o banco fiador não possua a classificação acima, deverá haver análise para sua aceitação. | A pessoa jurídica garantidora será responsável pelo cumprimento das obrigações financeiras do contrato, caso o solicitante não venha a cumpri-las. | A pessoa física garantidora será responsável pelo cumprimento das obrigações financeiras do contrato, caso o solicitante não venha a cumpri-las. |
| Os documentos exigidos em cada modalidade estão presentes na *Lista de Documentos para Contratação*. | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dispensa de Garantias** | |
| **Casos de Dispensa de Garantias Reais** | **Casos de Dispensa de Garantias Pessoais** |
| Garantia por Fiança Bancária; | Poderá ser dispensada a constituição de garantia fidejussória de pessoas físicas e/ou jurídicas, detentoras do controle direto ou indireto da financiada, ou outras pessoas jurídicas, integrantes do mesmo grupo econômico, desde que análise interna da Finep sinalize que a dispensa da garantia pessoal é possível. |
| Garantia por Fiança de Pessoa Jurídica, desde que análise interna da Finep sinalize que a dispensa da garantia real é possível. |

Toda a documentação supramencionada deverá ser analisada pelo departamento jurídico e financeiro da Finep e deve ser aprovada pela sua Diretoria Executiva. Após a aprovação um e-mail será enviado à empresa informando os procedimentos para a assinatura do contrato.

### Fluxo de Desembolso

O BID fará os desembolsos para a Finep seguindo o estabelecido no Capítulo 9 - sessão II, deste Regulamento Operativo e obedecendo as especificações para elegibilidade dos gastos.

A Finep, respeitando sua programação financeira e orçamentária, disponibilizará o financiamento para seu cliente de forma parcelada, de acordo com o cronograma de desembolsos e em função da necessidade para realização do PEI.

Para o desembolso da primeira parcela, a Financiada deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato:

* Comprovar a transcrição do Contrato em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da financiada, do interveniente fiador, do interveniente garantidor e/ou no registro geral de imóveis competente;
* Apresentar a Certidão de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Receita Federal e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da financiada, do interveniente fiador, do interveniente garantidor e do interveniente co-executor;
* Apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal (CRF) da financiada, do interveniente fiador, do interveniente garantidor e do interveniente co-executor;
* Apresentar o licenciamento ambiental válido e adequado para o desenvolvimento das atividades do Plano Estratégico de Inovação, conforme seu cronograma de execução e outros documentos requeridos no sistema de administração de risco ambiental e social da operação;
* Apresentar os documentos relativos às garantias;
* A Financiada deverá estar adimplente com a União, seus órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta.

Para o desembolso das parcelas subsequentes à primeira, a Financiada deverá apresentar à Finep, os seguintes documentos:

* Certidão de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Receita Federal, Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal da Financiada, do interveniente fiador, do interveniente garantidor e do interveniente co-executor;
* O licenciamento ambiental válido e adequado para o desenvolvimento das atividades do Plano Estratégico de Inovação, conforme seu cronograma de execução e outros documentos requeridos no sistema de administração de risco ambiental e social da operação;
* Adeclaração de que observa e cumpre as disposições previstas na legislação ambiental, mantém-se em situação regular junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente e os documentos relacionados ao licenciamento ambiental, apresentados previamente à Finep, permanecem válidos;
* Outros, inclusive sobre as garantias:

### Avaliação e Monitoramento

Semestralmente, a Financiada deverá apresentar:

* Relatório técnico de acompanhamento do Plano Estratégico de Inovação em formulário disponibilizado pela Finep;
* Demonstrações contábeis (balancete acumulado e notas explicativas), referentes ao semestre anterior; e
* Declaração de cumprimento das obrigações constantes no contrato.

Em até 90 (noventa) dias do encerramento do prazo de execução, a empresa deverá apresentar relatório técnico final do PEI em formulário disponibilizado pela Finep, contendo informações relativas aos resultados alcançados.

### Gestão Ambiental

As operações elegíveis a serem financiadas nos termos deste ROP, deverão atender: (i) os requerimentos sócio ambientais da Finep e a legislação brasileira; (ii) as disposições expostas no Contrato de Empréstimo xxxx/OC-BR quanto às práticas proibidas (Lista de Exclusão Anexo 1); e (iii) as Políticas de Salvaguardas ambientais e sociais do BID, segundo as especificações estabelecidas no Capítulo 10 deste ROP e seus anexos.

Serão elegíveis para financiamento do Programa projetos reembolsáveis dos seguintes setores: i) Industria Química; ii) Agronegócio, Alimentos e Bebidas; iii) Biocombustíveis; iv) Mineração; v) Tecnologia da Informação e Comunicação; vi) Metal Mecânica; e vii) Saúde.

Para a gestão dos riscos socioambientais deste componente, a Finep contratará, segundo Termos de Referência (TdRs) pré acordados com o BID e sua não objeção para a contratação, um (a) consultor (a) independente para a classificação do projeto e o devido processo de acompanhamento.

1. **Classificação**

A classificação do risco socioambiental para os projetos será baseada em: i) a sensibilidade de território e/ou local de intervenção; ii) o setor, tipo de intervenção e atividade financiável; iii) o valor de a transação.

As operações que financiam atividades de Aquisição de Máquinas e Equipamentos e/ou Produção Pioneira e outras preparações para a produção e distribuição devem ser classificadas em conjunto com o (a) consultor (a) contratado pelo Programa.

1. **Processo Acompanhamento**

* Projetos contratados diretamente pela Finep, classificados como Categoria C:

Operações classificadas como Categoria C, cujos riscos socioambientais são baixos e limitados, devem estar em cumprimento com a legislação nacional e em conformidade com os Procedimientos para a Gestão Ambiental e Social descrito no capítulo 10 e em anexo deste Regulamento Operativo.

* Projetos contratados diretamente pela Finep classificados como Categoria B

Operações classificadas como Categoria B, cujos riscos socioambientais são locais, de curto prazo e para os quais existam medidas efetivas de mitigação, devem estar em cumprimento com a legislação nacional e em conformidade com os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Socialda Finep, assim como, em cumprimento com as políticas de salvaguardas do BID. Para este fim os projetos de Categoria B devem ser analisados pelo (a) consultor (a) independente contratado (a) pelo Programa.

Desta forma, para este componente, Projetos categorizados como B, requerem:

* Avaliação Ambiental e Social (AAS), que é um Estudo de Impacto Ambiental ou um Relatório de Informe Ambiental simplificado, que deve ser publicado no portal do beneficiário elegível, antes da aprovação dos projetos pelo BID. Essa avaliação deve incluir: i) uma análise dos impactos ambientais e sociais diretos e indiretos do projeto, incluindo uma análise de risco de desastres naturais e/o impactos negativos de gênero, se houver; ii) uma análise dos riscos socioambientais na cadeia de suprimento da empresa; iii) um plano de gestão ambiental e social para a mitigação dos impactos identificados; iv) uma estratégia de inclusão das partes interessadas; e v) um plano de supervisão da gestão ambiental e social do projeto, se aplicável;
* Uma consulta pública, que se realiza antes da aprovação do BID. Um registro da presença e uma ata do processo; e
* Um mecanismo de reclamação.

Para fins de análise de elegibilidade, o (a) consultor (a) poderá visitar as Operações Elegíveis, caso necessário.

1. **Aprovação Operações de Categoria C e Categoria B**

Para fins de desembolso dos recursos do Empréstimo, a Finep enviará ao BID os documentos requeridos, bem como quaisquer informações julgadas relevantes pelo consultor (a) independente. O BID fará, então, sua análise de elegibilidade, observando os requisitos constantes desse ROP e os termos constantes do relatório do consultor contratado pelo Programa, e confirmará sua não objeção, no prazo de 10 dias uteis a contar do envio das informações pela Finep.

Para fins de análise de elegibilidade, um (a) especialista do BID poderá visitar as Operações Elegíveis, caso necessário.

1. **Supervisão**

Os projetos de Categoria B deste componente devem identificar requisitos para a supervisão da gestão ambiental e social nos seus AASs para os quais o (a) consultor (a) contratado pelo Programa pode realizar visitas de supervisão.

O BID, a seu critério, poderá acompanhar as visitas de supervisão, desde que informado seu interesse a Finep com antecedência razoável.

### Objeto de não objeção

Para este componente a Finep deverá encaminhar ao Banco para fins de Não Objeção os documentos a seguir:

* Os editais das chamadas públicas;
* A minuta de contrato utilizado para projetos que serão financiados com recursos do BID, contendo a identificação do financiamento;
* Avaliação Ambiental e Social (AAS) para projetos com categoria B publicado;
* Termos de Referência para a contratação do (a) consultor (a) ambiental e social; e
* A lista de projetos e suas especificações ambientais, técnicas e financeiras, que se apresentarem em execução quando da assinatura do Contrato de Empréstimo e que serão reconhecidos com aporte do financiamento ou aporte local de maneira retroativa (ver Capítulo 10, sessão II e Capítulo 9, sessão II, item B).

## SETORES PRIORITÁRIOS

### Química

Devido ao seu forte viés transversal, a indústria química permeia praticamente toda a cadeia produtiva, alcançando os mais variados produtos industriais e o consumidor final. Apesar de sua importância, o que se tem observado desde 2007 é um déficit comercial crescente, carreado pelo descompasso entre o crescimento da produção da indústria química nacional e a evolução do consumo doméstico e o aumento do valor agregado das importações em relação às exportações de produtos químicos. O objetivo da inclusão deste setor é ampliar a base científica e tecnológica brasileira, com a geração de produtos inovadores e a internalização de novas competências.

Os projetos deste setor, na modalidade reembolsáveis ou não reembolsáveis, serão selecionados por meio do Finep 30 dias Inovação, porém pré habilitados no chamamento público.

As linhas temáticas foram escolhidas de acordo com as oportunidades identificadas no Estudo do Potencial de Diversificação da Indústria Química Brasileira[[14]](#footnote-14) e foram objeto de consulta a potenciais interessados para validação e refinamento. São elas:

Aditivos para alimentação animal:

* Desenvolvimento de tecnologias para produção do aminoácido metionina a partir de fontes renováveis de matérias-primas;
* Investimento em uma planta de produção do aminoácido metionina com escala de referência de 50kt/ano, para rotas de produção a partir de matérias-primas renováveis (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis); e
* Investimento em uma planta de produção do aminoácido metionina com escala de referência de 100kt/ano, para rotas de produção a partir de matérias-primas fósseis (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis).

Derivados de Silício:

* Desenvolvimento de tecnologias de utilização de produtos químicos derivados do silício em obras civis, destinadas ao aumento da qualidade, vida útil e valor econômico dos empreendimentos construtivos; e
* Investimento em uma planta de produção de siloxano com escala de referência de 100 kt/ano (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis).

Materiais Compósitos e Fibras de Carbono:

* Desenvolvimento de tecnologias de aplicação de materiais compósitos de resinas termoplásticas ou termofixas, reforçadas com fibra de carbono, de vidro ou naturais;
* Desenvolvimento de tecnologias para produção de fibra de carbono, seus precursores e compósitos de resinas termoplásticas ou termofixas, reforçadas com fibra de carbono, de vidro ou naturais;
* Investimento em plantas de produção de fibra de carbono, com escala de referência de 1 mil t/ano (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis);
* Investimento em plantas de produção de compósitos de resinas termoplásticas ou termofixas, reforçadas com de fibra de carbono, de vidro ou naturais (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis); e
* Investimento em plantas de produção de insumos precursores de fibra de carbono (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis).

Aditivos Químicos para Exploração e Produção de Petróleo:

* Desenvolvimento de tecnologias de processos produtivos e de produtos químicos (nas fases de cimentação, de completação, de produção e de estimulação dos poços produtivos) destinados ao aumento da produtividade na extração de petróleo e gás;
* Desenvolvimento de tecnologias de processos produtivos e de produtos para fabricação de fluidos de perfuração de base orgânica que sejam aprovados nos métodos analíticos de biodegradabilidade e ecotoxicidade especificados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e
* Investimentos em plantas de produção de químicos, destinados às fases de cimentação, de completação, de produção e de estimulação dos poços produtivos, que permitam o aumento da produtividade na extração de petróleo e gás (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis).

Insumos químicos para higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC**):**

* Desenvolvimento de tecnologias de plantio, coleta e transporte de insumos derivados da biodiversidade brasileira (BDB) e da cultura da palma;
* Desenvolvimento de tecnologias de conversão de insumos derivados da biodiversidade brasileira e da cultura da palma, em intermediários químicos;
* Investimento em plantas de produção de intermediários químicos a partir da biodiversidade brasileira e da cultura da palma (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis); e
* Desenvolvimento de tecnologias para a substituição de produtos potencialmente alergênicos ou carcinogênicos.

Químicos a partir de fontes renováveis:

* Desenvolvimento de processos biotecnológicos para produção de químicos a partir da biomassa de cana de açúcar ou cana energia, incluindo resíduos agrícolas e subprodutos industriais do processo de produção de açúcar e álcool;
* Desenvolvimento de processos para produção de químicos a partir da biomassa florestal, incluindo resíduos e subprodutos do processo de produção de celulose;
* Desenvolvimento de processos para produção de químicos a partir da glicerina;
* Desenvolvimento, escalonamento e implantação de processos de produção de enzimas para hidrólise de material lignocelulósico;
* Desenvolvimento de novas aplicações para produtos químicos obtidos a partir de carboidratos de primeira e segunda geração, da lignina, da glicerina e de outros intermediários oriundos da biomassa; e
* Investimento em biorrefinarias e escalonamento de processos de fabricação de químicos renováveis (apenas projetos financiados com recursos reembolsáveis).

### Mineração

Dado o esgotamento progressivo das reservas de alto teor bem como o aumento de restrições ambientais, é crescente a demanda de novas soluções tecnológicas para os processos da mineração. Assim, é preciso apoiar o desenvolvimento daquelas tecnologias que vão de encontro aos problemas técnicos mais relevantes da indústria mineral atualmente.

Este setor visa o desenvolvimento de empresas e tecnologias brasileiras nas cadeias produtivas da indústria de mineração, complementares e/ou consorciáveis com atores de outras cadeias a montante ou a jusante, com exceção dos segmentos de Óleo e Gás, exemplificativamente, nos seguintes segmentos: pesquisa, exploração e transformação mineral, insumos, máquinas, equipamentos, softwares e sistemas. Desta forma, contribuir para as políticas de inovação, de conteúdo local, de competitividade e de sustentabilidade ligadas aos segmentos supracitados.

As linhas temáticas foram escolhidas de acordo com as oportunidades identificadas por diversos agentes atuantes no setor, entre entes do governo federal, Instituições Científicas e Tecnológicas e Empresas Brasileiras. As linhas também foram objeto de consulta a potenciais interessados para validação e refinamento.

Serão apoiados projetos de inovação, na modalidade reembolsável ou não reembolsável, selecionados por meio do Finep 30 dias Inovação, porém pré habilitados no chamamento público, com tecnologias aplicáveis nas linhas temáticas abaixo relacionadas:

Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias e Produtos com Foco em Minerais Estratégicos “Portadores de Futuro”: Cobalto, Grafita, Lítio, Metais do Grupo da Platina, Molibdênio, Nióbio, Silício (Grau Solar), Tálio, Tântalo, Terras Raras, Titânio e Vanádio

* Desenvolvimento tecnológico e aprimoramento de métodos de pesquisa mineral e de processos de lavra, beneficiamento e transformação dos minérios selecionados;
* Desenvolvimento tecnológico e aprimoramento de processos de produção de ligas, compostos e materiais de alto desempenho; e
* Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e aplicações inovadoras baseadas nas propriedades específicas dos elementos relacionados.

Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias e Produtos com Foco em Minerais Estratégicos com Elevado Déficit Comercial: Fosfato e Potássio

* Desenvolvimento tecnológico e aprimoramento de métodos de pesquisa mineral e processos de lavra, beneficiamento e processamento dos minérios selecionados;
* Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico de fontes alternativas e rotas de processamento para produção de nutrientes de origem mineral (P e K) para agricultura; e
* Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico de produtos fertilizantes minerais mais eficientes e mais adaptados às culturas brasileiras.

Pesquisa, Desenvolvimento, Aprimoramento e Escalonamento de Tecnologias de Mineração

* Tecnologias de processos com foco no aumento da recuperação dos minérios de interesse;
* Tecnologias de processos com foco no aproveitamento e aglomeração de finos e ultrafinos;
* Tecnologias de processos de desumidificação de minérios;
* Tecnologias de processos hidrometalúrgicos e de bioprocessamento;
* Tecnologias de processos e insumos que promovam o uso mais eficiente do carvão mineral nacional; e
* Tecnologias em metodologias de prospecção e exploração mineral.

Tecnologias e Processos para Redução e Mitigação de Riscos e Impactos Ambientais

* Tecnologias para recuperação e reaproveitamento de resíduos e elementos dispersos, incluindo processos para destinação alternativa de uso;
* Tecnologias para recuperação, reutilização, redução ou eliminação de água utilizada nos processos;
* Tecnologias para eliminação do uso de elementos contaminantes na produção e beneficiamento de minérios;
* Novos sistemas e tecnologias de baixo risco ambiental para deposição de resíduos.
* Novos sistemas e tecnologias de construção, monitoramento e controle de barragens e riscos ambientais; e
* Mecanismos inovadores de fechamento de mina e reabilitação de áreas degradadas.

Desenvolvimento e Produção Pioneira de Máquinas, Equipamentos, Softwares e Sistemas para a Mineração e Transformação Mineral

* Prospecção e exploração mineral;
* Planejamento e otimização de operações de mineração;
* Automação e controle de operações mineiras e de transformação mineral; e
* Lavra, Beneficiamento e Transformação Mineral mais eficientes, incluindo redução do consumo energético e emissões.

### Biocombustíveis

A produção de biocombustíveis é entendida como uma das alternativas tecnológicas disponíveis para suplantar os desafios ora enfrentados pela indústria de energia. Tais desafios englobam tanto a questão ambiental, com destaque para o aquecimento global, quanto à necessidade de se prover garantia e segurança ao abastecimento energético.

A proposta é ampliar o apoio no desenvolvimento de tecnologias inovadoras no setor de biocombustíveis avançados, ou de segunda geração (os que consomem como matéria-prima, biomassas de baixo valor, resíduos e palhas), e na geração de energia a partir da biomassa, com o objetivo de contribuir mais incisivamente na redução das emissões de gases de efeito estufa e ampliar seu potencial de utilização na indústria.

No contexto das biorrefinarias integradas (instalações que integram equipamentos e processos de conversão para a produção de combustíveis, energia e produtos químicos a partir da biomassa) é fundamental que o país possa ampliar a produtividade agrícola e industrial dos processos produtivos, expandindo a cogeração de energia, a produção de etanol, com ênfase no de segunda geração, a de demais biocombustíveis, como o querosene de aviação, e, ainda, a produção de químicos de maior valor agregado.

Nesse sentido, as tecnologias a serem apoiadas pelo Programa, somente na modalidade reembolsável, selecionados por meio do Finep 30 dias Inovação, estão escritas abaixo:

* Novas variedades de cana;
* Coquetéis enzimáticos;
* Processos de pré-tratamento;
* Microorganismos fermentadores; e
* Novos equipamentos para plantio e colheita.

### Agronegócios, alimentos e bebidas

O Brasil é um dos principais atores no cenário agrícola mundial, sendo líder em produção e exportação de diversos produtos. Atualmente, o agronegócio representa parcela considerável do PIB nacional e é o principal responsável pelo superávit brasileiro. No entanto, para mantermos ou melhorarmos nossa posição relativa, é necessária profunda ampliação da produtividade no setor.

O apoio neste setor será destinado aos projetos, reembolsáveis, selecionado por meio do Finep 30 dias Inovação, com as seguintes tecnologias:

* Agricultura e pecuária de precisão;
* Fármacos veterinários;
* Genética animal e vegetal; e
* Processos e produtos agroindustriais.

### Tecnologias da Informação e Comunicações

Em função dos incentivos governamentais, o Brasil é considerado o quarto maior mercado mundial no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O objetivo é dar continuidade dos investimentos a fim de sustentar a competitividade em setores como softwares e no desenvolvimento de dispositivos para a comunicação de dados com alta velocidade e confiabilidade. É essencial também assegurar os investimentos para o transbordamento das Inovações em TICs para outros setores, com o estímulo ao desenvolvimento de tecnologias que suportem novas plataformas tecnológicas digitais que assegurem o desenvolvimento de defesas contra ameaças cibernéticas.

Os projetos deste setor, serão apenas reembolsáveis, selecionados por meio do Finep 30 dias Inovação.

### Saúde

O crescimento do mercado brasileiro de saúde tem sido bastante expressivo nos últimos anos. No entanto, a base industrial brasileira não acompanhou a evolução da demanda, essa situação configura uma dependência externa de conhecimento e tecnologia, expressa nos altos percentuais de importação de medicamentos biotecnológicos, princípios ativos e equipamentos médicos de alta tecnologia. O crescimento do mercado brasileiro na saúde tem sido bastante expressivo nos últimos anos, resultado do aumento da renda e do acesso da classe média brasileira a novos bens e serviços de saúde. O objetivo neste setor é apoiar na trajetória para o desenvolvimento de vacinas, a insuficiência do escalonamento produtivo de novas vacinas e medicamentos.

Os projetos deste setor, serão apenas reembolsáveis, selecionados por meio do Finep 30 dias Inovação.

### Metal mecânica

O complexo metal mecânico é formado por um conjunto de setores de atividades econômicas que tratam da transformação de metais, como os setores de usinagem, estamparia, forjaria, montagem, controle de qualidade, além de outros, quanto aquelas relacionadas à destinação dos produtos finais, tais como bens de consumo, equipamentos, maquinaria.

A retomada dos setores do complexo metal mecânico é fundamental para a recuperação da economia brasileira, considerando sua representatividade no PIB do país. A indústria de manufatura tem se mostrado como o principal eixo de recuperação das economias globais e ao Brasil cabe realizar as ações necessárias para essa retomada.

Os projetos deste setor, serão apenas reembolsáveis, selecionados por meio do Finep 30 dias Inovação.

# CAPÍTULO 4 - COMPONENTE 2: Inovação Tecnológica para Micro, Pequenas e Médias Empresas

## OBJETIVO

O objetivo deste componente é aumentar a adoção de tecnologias em MPME com potencial inovador. Este componente financiará projetos de modernização tecnológica vinculados ao desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços tecnológicos, inovação em marketing e inovação organizacional. O financiamento dos projetos operará segundo o mecanismo de demanda espontânea e estará aberta a todos os setores econômicos cobertos pela ENCTI (2016-2022). Esses projetos serão financiados pela FINEP de forma indireta por meio de Bancos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento e Agências Estaduais de Fomento, todos acreditados pela FINEP para o apoio a projetos de inovação.[[15]](#footnote-15)

Serão elegíveis projetos individuais submetidos por MPME que cumpram com a definição de inovação do Manual de Oslo[[16]](#footnote-16) e editado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que constitui a principal referência internacional com relação ao uso e coleta de dados sobre atividades de inovação na indústria.

Os projetos selecionados serão beneficiarios por meio de financiamentos reembolsáveis (recursos do Empréstimo) que cobrirão entre 80% e 100% do custo de cada proposta com um aporte máximo de US$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil Dólares) por projeto e um prazo de execução de 2 (dois) anos. Se prevê também uma linha rápida com procedimentos simplificados para projetos menores de até US$50.000,00 (cinquenta mil Dólares).[[17]](#footnote-17) A meta é financiar 100 projetos de modernização tecnológica. Os projetos poderão usar os recursos para financiar gastos que incluem: (i) provas de conceito e simulação; (ii) desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços; (iii) protótipos e prototipagem; (iv) engenharia não rotineira (concepção e definição dos parâmetros desconhecidos pela empresa) e absorção de tecnologias; (v) aquisição e adaptação de tecnologias incluindo assistência técnica; (vi) infraestrutura de P&D; (vii) desenho industrial e escalamento; (viii) sistemas de controle e qualidade, metrologia, normalização, regulamentação técnica e validação de conformidade (inspeção, ensaios, certificação e outros processos de autorização); (ix) pré-inversão (estudos de viabilidade, estudos de mercado, planos de negócio e planos de marketing); e (x) modelos de negócios inovadores.

O componente é baseado na dificuldade de obtenção de funding por parte das micro, pequenas e médias empresas no País. Esse grupo de empresas tem alta importância para o desenvolvimento de inovações no novo padrão econômico atual e, ainda, são importantes geradoras de emprego e renda.

Os projetos incluídos nesse componente serão executados por meio do Programa de crédito INOVACred Empresas e ICTs[[18]](#footnote-18) e INOVACred Expresso e que tem por objetivo oferecer financiamento à empresas e outras instituições cuja receita operacional bruta anual ou anualizada seja de até R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), em seus projetos de inovação para aplicação no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, ou ainda em inovação em marketing ou inovação organizacional, visando ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional ou nacional.

## INOVACRED

O Programa INOVACRED entrou em operação em fevereiro de 2014, totalizando até janeiro de 2017 R$ 532,9 milhões em volume de recursos para a carteira em contratação e em análise.

Esse apoio será concedido de forma descentralizada, por meio de **Agentes Financeiros Credenciados**, que atuarão em seus respectivos estados ou regiões, assumindo o risco das operações e se responsabilizarão pelo fomento, análise, acompanhamento dos projetos, liberação de recursos, prestação de contas e cobrança.

### Agentes Financeiros Credenciados

Podem ser Agentes Financeiros: Bancos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento, as Agências Estaduais de Fomento, e os Bancos Comerciais com carteira de desenvolvimento.

Os Agentes Financeiros da Finep são remunerados à taxa de 3% a.a. (três por cento ao ano) sobre o saldo devedor das empresas financiadas, segundo os dados constantes nos sistemas da Finep.

Em abril de 2016, a Finep contava com 17 instituições financeiras credenciadas (ver Anexo 8), cobrindo 22 de 27 unidades da federação, permitindo a cobertura geográfica em todas as regiões do País (Nordeste, Norte, Centro Oeste, Sudeste e Sul) do programa Inovacred, aumentando a proximidade com os clientes e tornando mais custo-efetivo a atuação da Finep (ver Anexo 8).

Credenciamento dos Agentes Financeiros:

Para o credenciamento dos Agentes Financeiros é realizado um convite para aos possíveis candidatos, para que esses apresentem suas propostas incluindo um plano de trabalho que deverá estar alinhado aos planos de desenvolvimento do Estado, contendo: i) informações técnicas; ii) informações financeiras; iii) informações jurídicas.

A proposta é analisada pela FINEP em um fluxo contínuo. Na análise das informações técnicas será considerada a experiência e a qualificação do candidato Agente Financeiro e da sua equipe, que atuará na área de inovação, bem como o plano inicial de atividades com as metas a serem atingidas. Na análise jurídica serão verificadas a elegibilidade das instituições partícipes, a documentação solicitada e a adequação à legislação vigente. Na análise financeira será avaliado o valor dos recursos a serem disponibilizados ao Agente Financeiro.

Feitas as avaliações setoriais supramencionadas os pareceres são encaminhados à Diretoria Executiva da Finep que aprovará em sua totalidade ou parcialmente o limite de crédito solicitado na proposta. Após a aprovação do Agente Financeiro, é assinado o termo de credenciamento (modelo anexo 4) e a carta de disponibilização de recursos (modelo anexo 5) para concessão de crédito.

### Empresas e outras instituições beneficiadas

O Programa INOVACRED destina-se ao apoio a empresas e outras instituições que apresentem projetos de inovação.

Poderão ser financiadas as empresas e outras instituições cuja atividade econômica apresente receita operacional bruta superior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), desde que motivada por questões sazonais e que o valor médio da receita operacional bruta auferida nos dois últimos exercícios findos seja inferior a 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

Será enquadrada nas regras aplicáveis às empresas do Porte II e III, no que se refere ao apoio financeiro quanto a valores e participação por projeto, a empresa nascente, ou Spin-Off, pertencente a grupo financeiro, ou controlada por grupo do porte II e III (incluindo empresas maiores). Neste caso, o grupo financeiro ou controlador deverá responder solidariamente pela dívida contraída junto ao Agente Financeiro.

Será enquadrada nas regras aplicáveis às empresas do Porte III, no que se refere ao apoio financeiro quanto a valores e participação por projeto, a empresa nascente, ou Spin-Off, pertencente a grupo financeiro ou controlada por grupo cujo faturamento bruto anual seja maior do que R$ 16 milhões. Neste caso, o grupo financeiro ou controlador deverá responder solidariamente pela dívida contraída junto ao Agente Financeiro.

As empresas e outras instituições financiadas são classificadas em portes da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Porte** | **Receita operacional bruta anual ou anualizada[[19]](#footnote-19)** | **Valor Financiável** | **Limite participação FINEP** | **Contrapartida Exigida (do valor total do projeto)** |
| **I** | Inferior a R$ 3,6 milhões | R$150 mil a R$ 3 milhões | 90% | 10% |
| **II** | Superior a R$ 3,6 milhões e inferior ou igual a R$ 16 milhões | R$150 mil a R$ 3 milhões | 80% | 20% |
| **III** | Superior a R$ 16 milhões e inferior ou igual a R$ 90 milhões | R$150 mil a R$ 10 milhões | 80% | 20% |

### Itens Financiáveis

Para este componente serão investidos mais de 99% do aporte BID e mais de 1% do aporte local. São elegíveis para financiamento os seguintes itens:

* Obras Civis/Instalações (necessárias e indispensáveis para a execução do projeto);
* Equipamentos Nacionais;
* Equipamentos Importados;
* Softwares;
* Matérias Primas e Material de Consumo;
* Equipe Própria (pessoal de engenharia e outras áreas de conhecimento, envolvido no desenvolvimento do projeto e do pessoal de fábrica para execução de protótipos / pré-série);
* Treinamentos;
* Serviços de Consultoria;
* Serviços de Terceiros;
* Viagens/Diárias; e
* Outros (necessárias para a realização do projeto).

De uma forma mais detalhada e referenciada na Política Operacional da FINEP, podem-se agrupar as diferentes naturezas de projetos do seguinte modo:

**Atividades que contribuem para a *geração* de conhecimento:**

* Demonstração de conceito e simulação, quando associados à inovação;
* Desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços;
* Protótipo e prototipagem;
* Engenharia básica (concepção e definição dos parâmetros desconhecidos para detalhamento de projetos de engenharia não rotineira);
* Absorção de tecnologia.

**Atividades que *utilizam e/ou aprimoram* o conhecimento**

* Compra e adaptação de tecnologia (inclusive assistência técnica);
* Infraestrutura de P&D;
* Desenho industrial e dimensionamento;

**Atividades que *dão suporte à utilização* do documento**

* Implantação de sistema de controle de qualidade
* Metrologia, normalização, regulamentação técnica e validação de conformidade (inspeção, ensaios, certificação e demais processos de autorização);
* Pré investimento (estudos de viabilidade, projeto básico, de detalhamento e executivo, estudos de mercado, planos de negócio);
* Planos de marketing (prospecção tecnológica)
* Modelos de negócios inovadores

### Condições de Financiamento

Os encargos deverão obedecer à sistemática descrita no Regulamento de Operações, sendo as principais **definições**:

1. SPREAD – Valor percentual correspondente à remuneração do capital investido acima do custo de captação;
2. TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
3. FATOR DE REDUÇÃO – Parte não capitalizada da TJLP, atualmente estipulada em 6% (seis por cento) ao ano;
4. FATOR DE CAPITALIZAÇÃO – Corresponde ao resultado do ajuste da TJLP pelo fator de redução;
5. EQUALIZAÇÃO[[20]](#footnote-20) – Instrumento que ajusta o total de juros devidos por operação, incluindo a parte relativa à TJLP e a parte relativa ao SPREAD.

Sobre o principal da dívida das Financiadas com o Agente Financeiro **incidem as seguintes taxas de juros compostos**, pro rata tempore:

* Portes I e II – Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescidos de 5% ao ano, a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano, resultando em uma taxa de juros de TJLP ao ano;
* Porte III incidirão, TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano, a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 4% (quatro por cento) ao ano, resultando em uma taxa de juros de TJLP acrescidos de 1% (um por cento) ao ano.

O Agente Financeiro poderá estabelecer uma taxa de serviços livremente pactuada com a Empresa e outras instituições financiadas no instrumento contratual, limitada a 2% (dois por cento) do valor total do financiamento para Empresas dos Portes I e II e de até 1% (um por cento) para Empresas do Porte III.

O somatório do prazo de carência e de amortização concedido pelo Agente Financeiro às empresas e outras instituições financiadas será de no máximo 96 (noventa e seis) meses (8 anos), sendo a carência máxima de 24 (vinte e quatro) meses. O Agente Financeiro estabelecerá os prazos de carência e amortização dos financiamentos concedidos às empresas e outras instituições financiadas, adequando-os a sua capacidade de pagamento em função do projeto. O pagamento da primeira parcela de amortização ocorrerá no mesmo mês do término da carência.

A prorrogação deste prazo poderá ser pleiteada pela empresa desde que devidamente justificada e aprovada pelo Agente sem que isso resulte em alteração do prazo limite de carência do programa, de 24 meses.

O Agente Financeiro deverá exigir das empresas e outras instituições financiadas a constituição de **garantia(s)**, suficiente(s) e idônea(s) em seu favor.

### Avaliação e Monitoramento

A Finep, durante o processo de acompanhamento do Agente, realizará visitas semestrais. A 1º visita será realizada após 6 (seis) meses à assinatura da termo de credenciamento e da carta de disponibilização de recursos e consistirá apenas nas dependências dos Agentes Financeiros. A partir da 2º visita, a Finep visitará os Agentes Financeiros e selecionará de forma aleatória as empresas a serem visitadas, tomando por base uma amostra mínima de 10% dos projetos contratados.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos de acompanhamento gerenciais mensais adotados pela Finep no Programa INOVACRED, seus objetivos e formas de entrega:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Relatório** | **Objetivo** | **Formato do Arquivo e Forma de Entrega** |
| Relatório Mensal de Acompanhamento de Fomento-Empresas e Ações Realizadas e Previstas | Informar a relação das empresas fomentadas ações de fomento realizadas pelo Agente Financeiro | Eletrônico (XLS) e via e-mail |
| Relatório Mensal de Acompanhamento da Carteira | Demonstrar a carteira de projetos desde a fase de análise até a contratação | Impresso assinado, eletrônico (XLS) via e-mail e Aplicativo INOVACRED |
| Relatório Mensal de Acompanhamento da Carteira - Liberações e Saldo | Demonstrar a carteira de projetos contratados, suas condições de pagamento e posição econômico-financeira. | Impresso assinado, eletrônico (XLS) via e-mail e Aplicativo INOVACRED |
| Relatório de Carteira em Atraso | Apresentar a relação das empresas com parcelas em atraso há mais de 20 dias | Impresso assinado e Eletrônico (XLS) e via e-mail |
| Ficha Cadastro de Operação | Apresentar as informações resumidas da operação (cadastral, do financiamento concedido, garantias de crédito e cronograma de desembolso). | Via Aplicativo INOVACRED e Impresso assinado. |
| Pedido de Liberação | Relação das liberações de parcelas a serem liberadas para operações contratadas no mês subsequente. | Via Aplicativo INOVACRED e Impresso assinado. |
| Extrato da movimentação bancária da conta exclusiva | Informar a movimentação de recursos da conta exclusiva, com a indicação das empresas a que foram destinados os recursos do Programa. | Impresso assinado e Digitalizado, via e-mail. |

O quadro a seguir apresenta os instrumentos de acompanhamento gerenciais semestrais adotados pela Finep no Programa INOVACRED, os objetivos e formas de entrega:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Relatório** | **Objetivo** | **Formato do Arquivo e Forma de Entrega** |
| Relatório de Acompanhamento Semestral | Fornecer informações gerenciais para o trabalho de acompanhamento e avaliação do Agente Financeiro pela Finep | Impresso e assinado. |
| Acompanhamento das atividades de fomento semestral. | Apresentar os itens de das atividades de fomento, informações das empresas e das atividades de fomento. | Impresso assinado e Eletrônico (XLS) e via e-mail |
| Acompanhamento da Carteira – Projetos em Análise | Apresentar informações da carteira de projetos analisada no semestre e seus percentuais de desempenho. | Via Aplicativo INOVACRED e Impresso assinado, Eletrônico (XLS) e via e-mail. |
| Acompanhamento da Carteira – Projetos Contratados | Apresentar informações da carteira de projetos contratada e seus percentuais de desempenho. | Via Aplicativo INOVACRED e Impresso assinado, Eletrônico (XLS) e via e-mail. |

### Fluxo de Desembolso

O BID realizará os desembolsos para a Finep seguindo o estabelecido no Capítulo 9 – sessão II, deste Regulamento Operativo e obedecendo as especificações para elegibilidade dos gastos.

O repasse dos recursos da Finep para os Agentes Financeiros será realizado na data pré-definida pelos Agentes e aprovada no Termos de Credenciamento assinado, em parcelas iguais, em uma conta exclusiva para recebimento destes recursos e toda solicitação de liberação será avaliada e validada pela Finep.

Para a liberação da primeira parcela pela Finep, o Agente Financeiro deverá:

* Após a assinatura do Contrato de Financiamento com a empresa beneficiária, o Agente Financeiro deverá preencher e enviar a Finep a ficha cadastro correspondente à operação de financiamento, disponível no Aplicativo INOVACRED. A via impressa devidamente assinada pelo responsável pelo Programa INOVACRED seria enviada posteriormente para ser apreciada e validada pela Finep. No caso de não validação, o Agente Financeiro será notificado sobre o motivo e deverá providenciar o reenvio da Ficha Cadastro.
* O Agente deverá preencher o Pedido de Liberação no Aplicativo INOVACRED e enviá-lo a Finep, na forma eletrônica e impressa assinada, até o dia 25 do mês. Da mesma forma que a Ficha Cadastro, o pedido de liberação será avaliado e validado pela Finep. No caso de não validação pela Finep, o Agente Financeiro será notificado sobre o motivo e deverá providenciar o reenvio do Pedido de Liberação.
* A liberação será realizada na data indicada pelo Agente Financeiro e que consta do Termo de Credenciamento.
* Além da validação da Ficha de Cadastro e do Pedido de Liberação, o Agente deverá possuir suas certidões negativas válidas (INSS, FGTS e PGFN).

Para liberação das demais parcelas pela Finep:

* O Agente Financeiro deverá preencher o Pedido de Liberação no Aplicativo INOVACRED e enviá-lo a Finep, na forma eletrônica e impressa assinada, até o dia 25 do mês.
* O pedido de liberação será avaliado e validado pela Finep. No caso de não validação pela Finep, o Agente Financeiro será notificado sobre o motivo e deverá providenciar o reenvio do Pedido de Liberação.
* Além da validação da Ficha de Cadastro e do Pedido de Liberação, o Agente deverá possuir suas certidões negativas válidas (INSS, FGTS e PGFN).

O Agente Financeiro se compromete a transferir às financiadas os recursos liberados pela Finep em até um dia útil, contado da data em que os tiver recebido.

O acompanhamento financeiro pelo Agente deverá seguir as instruções contidas no documento Orientações e Instrumentos para acompanhamento financeiro e prestação de contas – INOVACRED, disponibilizado pela Finep no site do Programa INOVACRED e no mural de seu aplicativo.

Os Agentes serão os responsáveis pelo acompanhamento das operações contratadas, que envolve aspectos técnico, financeiro e jurídico. Os relatórios técnicos e as prestações de contas (parcial e final) dos projetos deverão ficar à disposição da Finep. O Agente Financeiro deverá realizar pelo menos uma (1) visita no projeto durante a execução do contrato, a fim de verificar o andamento e o desenvolvimento de suas atividades. Outras visitas poderão ocorrer sempre que necessário.

Se o Agente Financeiro decidir vencer antecipadamente a dívida da empresa financiada, deverá depositar o valor correspondente à totalidade da dívida vencida ainda que a empresa financiada reste inadimplente.

A empresa financiada deverá devolver ao Agente Financeiro, em até 15 dias a contar do recebimento da notificação, os recursos desembolsados e não utilizados dentro do prazo de execução do projeto, objeto do financiamento, atualizados pela taxa SELIC, desde a data da liberação da(s) parcela(s) correspondente(s). O valor correspondente ao principal dos recursos devolvidos, excluídos os encargos, será amortizado do saldo devedor do financiamento.

## INOVACRED EXPRESSO

O Programa INOVACRED através da sua linha INOVACRED EXPRESSO tem por objetivo financiar atividades inovadoras em empresas e instituições que demonstrem receita operacional bruta anual ou anualizada de até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), e apresentem suas propostas, através de Agentes Financeiros Credenciados, que assumirão integralmente o risco da operação, e se responsabilizarão pelo fomento, enquadramento das propostas, contratação, acompanhamento e cobrança.

Trata-se de linha complementar ao INOVACRED que financia operações de até R$ 150.000,00, com fluxo operacional simplificado e que visa a facilitar o acesso ao crédito para as empresas e instituições de micro e pequeno porte, isto é, Porte I e II nos seus esforços de inovação.

### Requisitos para Enquadramento

Nesta linha, não há exigência de apresentação de projetos de inovação e sim que a empresa, ou outra instituição, deverá desenvolver atividades inovadoras para as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais e comerciais, incluindo investimento em novas formas de conhecimento, que visam a inovação de produtos e/ou processos. Isto é, são todas as atividades necessárias para o desenvolvimento e implementação de produtos e processos novos ou aperfeiçoados. Estas atividades, de maneira geral, podem se desenvolver tanto dentro como fora da empresa (e internalizadas através da aquisição de um serviço).

Não obstante ao exposto acima, esta linha financiará empresas que demonstrem que o apoio solicitado está associado a seus esforços internos para inovar qualquer etapa, científica, tecnológica, organizacional e comercial incluindo investimento em aquisições de conhecimento externo. Para que una empresa seja elegível deverá cumprir com pelo menos um dos seguintes requisitos: (i) que já tenha recebido pelo menos um apoio governamental[[21]](#footnote-21); (ii) que demonstrem haver um histórico em propriedade intelectual tanto de propriedade industrial como de direito autoral[[22]](#footnote-22); e, (iii) estar instalada em incubadoras de base tecnológica ou em parque tecnológico[[23]](#footnote-23).

### Itens Financiáveis

São considerados como itens financiáveis do projeto aqueles necessários às atividades de Inovação e elencados a seguir:

* Equipamentos Nacionais
* Equipamentos Importados
* Aquisição de Softwares vinculados ao Desenvolvimento de Produto/Processo/Serviço Inovador
* Matérias Primas e Materiais de Consumo ligados à prototipagem ou Lotes Pioneiros
* Serviços de Consultoria Tecnológica
* Marketing e Comercialização do Produto/Processo/Serviço Inovador
* Patenteamento e Licenciamento
* Compra de Tecnologia
* Treinamento
* Testes e certificação

### Participação da Finep e Ressarcimento de Despesas

A participação da Finep nos financiamentos concedidos pelo Agente Financeiro às financiadas será de até 100% (cem por cento). Poderá não ser exigida contrapartida das financiadas, ficando a decisão a critério do Agente Financeiro. Caso exista contrapartida, estes gastos poderão ser aceitos a partir da data de solicitação do financiamento pelas financiadas.

Respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira da Finep, as liberações ocorrerão em conformidade com as solicitações do Agente Financeiro, desde que a soma dos recursos não ultrapasse o valor disponibilizado na Carta de Disponibilização de Recursos para Concessão de Crédito estabelecida no programa INOVACRED.Os desembolsos realizados entre o Agente Financeiro e a Financiada serão em parcela única.

### Custo do Financiamento, Prazos e Garantias

Sobre o principal da dívida das Financiadas com o Agente Financeiro incidirão, *pro rata tempore,* juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano, a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 2% (dois por cento) ao ano, resultando em uma taxa de juros de TJLP acrescidos de 3% (três por cento) ao ano.

OAgente Financeiro estabelecerá os prazos de utilização, carência e amortização dos financiamentos concedidos às empresas e instituições, adequando-os à sua capacidade de pagamento em função do projeto, respeitando os limites dos itens abaixo:

* O prazo de utilização dos recursos solicitados na Linha INOVACRED EXPRESSO não deverá ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato; e
* O somatório do prazo de carência e de amortização concedido pelo Agente Financeiro às financiadas será de no máximo 48 (quarenta e oito) meses, sendo a carência máxima de 12 (doze) e a mínima de 6 (seis) meses.

## EXECUÇÃO INOVACRED E INOVACRED EXPRESSO

### Gestão Ambiental

As operações elegíveis a serem financiadas nos termos deste ROP, deverão atender: (i) os requerimentos sócio ambientais da Finep e a legislação brasileira; (ii) as disposições expostas no Contrato de Empréstimo xxxx/OC-BR quanto às práticas proibidas (Lista de Exclusão Anexo 1); e iii) especificações estabelecidas no Capítulo 10 deste ROP e seus anexos.

Para o financiamento deste componente serão elegíveis projetos administrados pelos Agentes Financeiros Credenciados segundo Anexo 2. Os Agentes Financeiros devem cumprir com a legislação brasileira, Resolução N. 4.327, de 25 de abril de 2014. E se comprometem a dar cumprimento às políticas e requerimentos ambientais e sociais do BID, incluindo as atividades enquadradas nas práticas proibidas previstas neste ROP (Anexo 1), nos Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social da Finep e no Contrato de Empréstimo BID e Finep.

Um (a) consultor (a) independente, contratado (a) pelo Programa, de acordo com os TdRs aprovados pelo Banco, avaliará a capacidade institucional dos 17 Agentes Financeiros elegíveis para financiamento deste componente antes do primeiro desembolso do Programa.

1. **Classificação**

A classificação do risco socioambiental para os projetos será baseada em: i) a sensibilidade de território e/ou local de intervenção; ii) o setor, tipo de intervenção e atividade financiável; e iii) o valor da transação.

Para a classificação dos subprojetos deste componente aplicar-se-á os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa.

1. **Processo Acompanhamento**

* Projetos contratados pelos Agentes Financeiros Credenciados, classificadas como Categoria C

Operações classificadas como Categoria C, cujos riscos socioambientais são baixos e limitados, devem estar em cumprimento com a legislação nacional e em conformidade com os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa.

* Projetos contratados pelos Agentes Financeiros Credenciados, classificadas como Categoria B

Operações classificadas como Categoria B, cujos riscos socioambientais são locais e de curto prazo e para quais existem medidas efetivas de mitigação, devem estar em cumprimento com a legislação nacional e em conformidade com os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa.

.

1. **Aprovação**

A aprovação de projetos financiados por este componente, classificados como Categoria C e Categoria B, realizar-se-á de forma ex-post segundo os procedimentos estabelecidos nesse ROP.

A Finep deve obter do beneficiário final uma declaração do cumprimento da legislação ambiental e social vigente.

1. **Supervisão**

A Finep realizará visitas de campo periódicas aos subprojetos classificados como Categoria B e financiados neste componente, se for necessário.

A Finep apresentará um Relatório Semestral de Cumprimento de Gestão de Riscos Socioambientais com a informação sobre as operações financiadas neste componente incluindo qualquer risco particular identificado com as atividades financiadas, medidas de mitigação acordadas com os clientes e o estado de cumprimento delas.

### Objeto de não objeção

Para este componente a Finep deverá encaminhar ao Banco para fins de Não Objeção os documentos a seguir:

* Relatórios semestrais sociais ambientais contendo os riscos identificados, seu plano de mitigação e como ele está sendo executado, dos projetos financiados com aporte do BID;
* O TdR para a contratação do (a) consultor (a) que fará a avaliação institucional dos Agentes Financeiros Credenciados pela Finep;
* O Manual Operacional e de Orientação aos Agentes Financeiros - Programa INOVACred, atualizado, incluído as especificações ambientais para os projetos financiados com recursos do empréstimo.

CAPÍTULO 5 - COMPONENTE 3: Empreendimento Dinâmico

## OBJETIVO

O objetivo deste componente é o de facilitar o crescimento de empreendimentos dinâmicos, entendidos como empresas com no mínimo 6 (seis) meses de existência formal e que tenham alcançado nos últimos 12 (doze) meses uma receita operacional bruta de até US$1.100.000,00 (um milhão e cem mil Dólares). Para cumprir com este objetivo serão apoiadas as necessidades das empresas de base tecnológica em suas etapas iniciais, fase em que a maioria dos empreendimentos morrem devido à baixa disponibilidade de capital semente. Este apoio as permitirá avançar em direção a fases finais de desenvolvimento de produtos, de introdução ao mercado e/ou ampliar sua escala produtiva.

O processo de seleção será realizado por meio de editais públicos onde as empresas beneficiárias receberão apoio financeiro através da celebração de um contrato de opção de compra de ações com FINEP,[[24]](#footnote-24) sempre que se cumpram os critérios de elegibilidade e objetivos estabelecidos no edital. Com o fim de estimular que o empreendedor alavanque investimentos e mentorias privadas em seu negócio, cada proposta submetida deverá apresentar uma carta de compromisso de investimento por parte de um investidor anjo – a carta de compromisso são um indicador da capacidade da empresa em alavanar recursos privados externos . As empresas que apresentarem mais cartas receberão maior pontuação, o que dependerá do montante alavancado, cujo mínimo deve ser de pelo menos US$15.000,00 (quince mil Dólares) e um máximo de US$75.000,00 (setenta e cinco mil Dólares). Espera-se que este mecanismo gere um efeito multiplicador no ecossistema de empreendimentos através da atração de um número maior de investidores anjo, que co-investirão com FINEP em empresas de base tecnológica. Além disso, a vinculação das empresas com esse perfil de investidores lhes permitirá alcançar a serviços especializados, mentorias e redes informais em gestão[[25]](#footnote-25) da inovação.[[26]](#footnote-26)

As empresas serão avaliadas por especialistas segundo os seguintes critérios: (i) aderência as temáticas identificadas no edital; (ii) factibilidade e qualidade tecnológica; (iii) impacto econômico; (iv) mercado, preço e tecnologia; (v) desafios tecnológicos; (vi) riscos associados ao desenvolvimento; (vii) cooperação com atores do SNI; (viii) viabilidade econômica; e (ix) derrames. O investimento será de até US$320.000,00 (trescentos vinte mil Dólares) por empresa e o período para a co-inversão da opção de compra será de 3 (três) anos.[[27]](#footnote-27) Espera-se poder financiar 200 novas empresas de base tecnológica ao longo de 4 (quatro) anos (média de 50 por ano).

## INSTRUMENTO DE APOIO FINANCEIRO

O apoio financeiro envolvido no presente programa dar-se-á por meio da celebração de um Contrato Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Participação Social sem restrições ao Direito de Voto entre a Finep e a empresa proponente com a anuência de seus sócios (doravante chamado de “Opção de Compra”).

O apoio financeiro será de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valor este a ser definido a critério de conveniência e oportunidade pela Finep.

A Finep poderá exercer o direito conferido pela “Opção de Compra” [[28]](#footnote-28), a seu critério, quando do Vencimento da Opção ou da Ocorrência de um Evento de Liquidez[[29]](#footnote-29). A opção de compra terá prazo de vencimento de 3 (três) anos, prorrogável por mais 2 (dois) anos a critério de conveniência e oportunidade da Finep, totalizando um vencimento de até 5 (cinco) anos.

Caso ocorra um evento de liquidez, o “Valuation Post-Money” [[30]](#footnote-30) de conversão será dado pelo menor valor entre: i) Valuation Pre-Money do novo Investidor dividido por (1 + (IPCAn+10%))^(N/360) e ii) R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Sendo “N” a quantidade de dias entre a assinatura deste contrato e a data da conversão da OPÇÃO DE COMPRA em participação no capital e IPCAn a média anual da variação do índice de inflação medido pelo IPCA no período N.

Em decorrência do exercício da OPÇÃO DE COMPRA, a Finep receberá a participação societária que lhe couber, conforme estabelecido nos termos do Contrato, por meio da emissão pela Sociedade de tantas ações quanto se fizerem necessárias para alcançar o percentual ora contratado, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.

Em qualquer hipótese a participação da União Federal ou entidades da Administração Indireta, dentre as quais a Finep, não poderá ser superior a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da sociedade investida, percentual este que será sempre verificado em quaisquer futuras mutações societárias. Caso o resultado de qualquer uma das hipóteses de cálculo do percentual de participação da União Federal ou entidades da Administração Indireta exceda 49% (quarenta e nove por cento), o ajuste será feito automaticamente para este limite.

## EXECUÇÃO

A seleção de empresas para apoio financeiro será por meio de chamada pública realizada em duas rodadas de seleção por ano. Em cada rodada serão selecionadas até 25 empresas para investimento pela Finep, totalizar-se-ão 200 empresas apoiadas ao final do prazo de execução do Contrato de Empréstimo.

Cada rodada será composta por duas etapas de seleção: “Pré-Qualificação – Eliminatória”; “Primeira Etapa – Eliminatória e Classificatória” e “Segunda Etapa – Banca Avaliadora Presencial – Classificatória”.

### Itens Financiáveis

No ato da inscrição a empresa poderá selecionar apenas uma das áreas temáticas. Dessa forma, propostas que abarquem mais de um tema, deverão selecionar aquele com maior representatividade no conteúdo da proposta submetida. Serão apoiadas empresas atuantes nas seguintes áreas temáticas:

* Educação
* Cidades Sustentáveis:
* Fintech
* Internet das Coisas (IoT)
* Economia Criativa
* Energia
* Defesa
* Mineração
* Petróleo
* Manufatura avançada
* Biotecnologia
* Agritech
* Química

### Elegibilidade das Empresas

Estão aptas a concorrer ao apoio da Finep empresas brasileiras, que concomitantemente atendam aos seguintes critérios:

* Sejam registradas na Junta Comercial, sob a forma de sociedade limitada (“LTDA”) ou sociedade anônima (“S/A”) há, no mínimo, 6 (seis) meses a contar da data de abertura das inscrições no programa;
* Tenham apresentado no período de 12 (doze) meses, entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, Receita Operacional Bruta (ROB) inferior ou igual a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e não terem o seu controle acionário detido por grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresente ativo total superior a R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) no encerramento do exercício social anterior;
* Caso a participante tenha iniciado suas atividades no próprio ano-calendário, o limite de sua Receita Operacional Bruta (ROB) a que se refere item anterior será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses;
* Desenvolvam tecnologia inovadora ou, sejam capazes de desenvolver produto, serviço ou processo novo a partir da integração de tecnologias existentes com adição de desenvolvimento novo, não se limitando a revender, implantar e/ou instalar produtos e serviços de terceiros; e
* Seu produto, processo ou serviço, objeto principal da captação de recursos, esteja no mínimo na fase de protótipo ou testes, preferencialmente já tendo sido realizadas as primeiras vendas, não podendo encontrar-se em fase de ideia ou pesquisa.

### Seleção dos Projeto

1. **Primeira Etapa – Eliminatória e Classificatória**

As empresas proponentes deverão realizar seus cadastros e enviar suas propostas de investimento (inscrição do programa) de forma eletrônica de acordo com as especificações constantes no Edital da chamada pública.

Na primeira Etapa (eliminatória e classificatória) as empresas serão avaliadas por um grupo formado por três avaliadores que pontuarão de zero à cinco, de forma independente, cada critério de avaliação. As médias das notas serão somadas para um resultado final e não poderão ser inferior a 7,5 (sete e meio) no conjunto dos critérios e/ou ter a Nota Média dos Avaliadores inferior a 2,0 (dois).

Abaixo estão descritos os parâmetros, modalidades e aspectos a serem considerados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PARÂMETROS** | **MODALIDADE** | **ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS** |
| Critério I ELEGIBILIDAE | Eliminatória | Aderência às áreas temáticas. |
| A empresa deve apresentar Receita Operacional Bruta igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) em 12 (doze) meses. |
| Desenvolvimento tecnológico próprio do objeto principal da captação de recursos. Estágio de desenvolvimento da tecnologia do objeto principal da captação de recursos, no mínimo, na fase de protótipo ou testes, não podendo encontrar-se em fase de ideia ou pesquisa. |
| Critério II MERCADO, POSICIONAMENTO E PRODUTOS | Classificatória / Eliminatória | Para pontuação deste critério, serão analisados aspectos como, características e funcionalidades dos produtos, serviços e processos; as características e tendências do mercado de atuação; além de aspectos associados ao modelo de negócios e posicionamento, como preço, tecnologia, diferenciais e concorrência. |
| Critério III INOVAÇÃO | Classificatória / Eliminatória | Para pontuação deste critério, serão analisados, o alinhamento da Inovação com a estratégia competitiva; o desafio tecnológico e os riscos associados ao desenvolvimento, aperfeiçoamento ou inserção no mercado; bem como parcerias para a inovação: contratos de serviços e cooperação com ICTs, e ações sistemáticas junto a clientes e fornecedores. Apoios anteriores e reconhecimentos, como o recebimento de recursos de instituições de fomento, participação em programas de apoio e premiações, também serão considerados na análise. |
| Critério IV EQUIPE E ESTRUTURA SOCIETÁRIA | Classificatória / Eliminatória | Para pontuação deste critério, serão analisados, o perfil dos empreendedores, considerando sua formação acadêmica e experiência profissional; a compatibilidade da formação acadêmica e experiência profissional dos demais membros da equipe; e as características e contribuição dos demais acionistas. |
| Cartas de compromisso de investimento | Classificatória | Envio de cartas de compromisso de investidores privados pessoas físicas (investidores-anjo) para realização de aporte de capital na empresa concomitante e nas mesmas condições que a Finep. |

A fim de estimular que o empreendedor alavanque investimentos e tutorias privadas em seus negócios, cada proposta deverá apesentar uma carta de compromisso de investimento por parte dos investidores anjos. As empresas que apresentarem mais cartas receberão maior pontuação, o que dependerá do montante alavancado, onde o mínimo deve ser R$ 50 (cinquenta mil reais).

Serão habilitadas a participar da “Segunda Etapa – Banca Avaliadora Presencial” as 75 (setenta e cinco) empresas mais bem classificadas com base na Nota Final da Primeira Etapa.

1. **Segunda Etapa: Banca Avaliadora Presencial - Classificatória**

As empresas realizarão uma apresentação presencial de 15 (quinze) minutos para uma Banca Avaliadora, realizada por 1 (um) representante da empresa proponente, auxiliado, opcionalmente, por no máximo mais 1 (um) representante da empresa. Após a apresentação haverá até 15 (quinze) minutos para perguntas e respostas dos membros da Banca.

Os quesitos de avaliação têm pesos iguais e serão pontuados de 1 (um) a 5 (cinco), para a formação da Nota de Avaliação da Banca Avaliadora. Não serão aprovadas as empresas que obtiverem nota inferior a 2,0 (dois) em qualquer dos critérios I, II ou III, ou Nota de Avaliação da Segunda Etapa inferior a 7,5 (sete e meio) no conjunto destes parâmetros.

Abaixo estão descritos os parâmetros, modalidades e aspectos a serem considerados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUESITOS** | **MODALIDADES** | **ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS** |
| Quesito I MERCADO E ESTRATÉGIA | Classificatória / Eliminatória | Características, tamanho, concorrência e tendências. |
| Posicionamento e modelo de negócio |
| Quesito II INOVAÇÃO E DIFERENCIAIS | Classificatória / Eliminatória | Tecnologias inovadoras. |
| Originalidade da tecnologia desenvolvida. |
| Soluções em produtos, serviços e processos. |
| Natureza do problema resolvido (impacto positivo na vida das pessoas) |
| Quesito III EMPREENDEDOR E EQUIPE | Classificatória / Eliminatória | Perfil e experiência do(s) empreendedor(es). |
| Perfil e experiência da equipe e de outros sócios. |
| Cartas de compromisso de investimento | Classificatória | Envio de cartas de compromisso de investidores privados pessoas físicas (investidores-anjo) para realização de aporte de capital na empresa concomitante e nas mesmas condições que a Finep. |

Serão habilitadas a serem investidas até 25 (vinte e cinco) empresas em ordem de classificação com base na Nota Final da Segunda Etapa. As empresas classificadas nesta etapa estarão habilitadas para a “Avaliação da Documentação Jurídica”[[31]](#footnote-31). O objetivo desta avaliação é verificar a regularidade fiscal e jurídica das empresas.

Todas as operações para investimento aprovadas na Segunda Etapa e que apresentarem situação jurídica regular serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da Finep, que emitirá a decisão final sobre suas aprovações, observados os limites orçamentários desta seleção.

As empresas aprovadas na Segunda Etapa poderão ser objeto de visita técnica, com o objetivo de conferir suas instalações físicas e os dados informados na apresentação da proposta, especialmente no tocante à infraestrutura física, à equipe executora própria da empresa, bem como outras informações relevantes prestadas no processo seletivo. Se for verificado que as informações prestadas não correspondem à realidade ou haja a constatação da existência de outro fator impeditivo para a contratação, a aprovação da proposta poderá ser revogada.

A minuta de contrato será encaminhada eletronicamente após a aprovação citada no item anterior

A partir do momento da contratação da operação de investimento, será realizado o monitoramento das empresas apoiadas de acordo com as regras do programa.

### Fluxo de Desembolso, Monitoramento e Avaliação

Para este componente serão investidos mais de 4% do aporte BID (em projetos nas áreas temáticas: Educação e Cidades Sustentáveis) e mais de 95% do aporte local (direcionados à todas as áreas temáticas).

O BID realizará os desembolsos para a Finep seguindo o estabelecido no Capítulo 9 – sessão II, deste Regulamento Operativo e obedecendo as especificações para elegibilidade dos gastos.

A Finep repassará os recursos às empresas em duas etapas, não necessariamente do mesmo valor. As liberações serão feitas de acordo com o plano de investimento que é avaliado pela Finep.

Durante o período de execução será feito um acompanhamento pela Finep, físico e por meio de relatórios, do que está sendo investido e mensalmente será apresentada a conciliação bancária do projeto.

### Gestão Ambiental

As operações elegíveis a serem financiadas nos termos deste ROP, deverão atender: (i) os requerimentos sócio ambientais da Finep e a legislação brasileira; (ii) as disposições expostas no Contrato de Empréstimo xxxx/OC-BR quanto às práticas proibidas (Lista de Exclusão Anexo 1); e iii) especificações estabelecidas no Capítulo 10 deste ROP e seus anexos.

O BID, acompanhado por um representante da Finep, terá o direito de analisar, sempre que considerar oportuno, a documentação, os bens, os locais, as atividades e as obras dos projetos com objetivo de verificar o cumprimento das condições ambientais e sociais previstas neste ROP, no Contrato e na lista de exclusão de materiais e práticas proibidas do BID.

Neste componente somente serão financiados com aporte BID, projetos dos setores de: i) Educação; ii) FinTech; iii) Internet das Coisas – IoT; iv) Economia Criativa; e (v) Biotecnologias. Estes setores geralmente têm riscos socioambientais baixos e limitados.

1. **Classificação**

A classificação do risco socioambiental para os projetos será baseada em: i) a sensibilidade de território e/ou local de intervenção; ii) o setor, tipo de intervenção e atividade financiável; e iii) o valor da transação.

Para a classificação dos subprojetos deste componente aplicar-se-á os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa.

.

1. **Processo de Acompanhamento**

* Projetos contratados diretamente pela Finep, classificadas como Categoria C

Operações classificadas como Categoria C, cujos riscos socioambientais são baixos e limitados, devem estar em cumprimento com a legislação nacional e em conformidade com os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa.

.

* Projetos contratados diretamente pela Finep, classificadas como Categoria B

Operações classificadas como Categoria B, cujos riscos socioambientais são locais e de curto prazo e para quais existem medidas efetivas de mitigação, **não são elegíveis** para financiamento no deste do Programa.

Operações elegíveis para financiamento no Componente devem estar em cumprimento com a legislação nacional e em conformidade com os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa.

.

1. **Aprovação**

A aprovação das operações financiados por este componente, classificados como Categoria C, realizar-se-á de forma ex-post segundo os procedimentos estabelecidos nesse ROP.

A Finep deve obter do beneficiário final uma declaração do cumprimento da legislação ambiental e social vigente.

1. **Supervisão**

A Finep realizará visitas periódicas de campo aos subprojetos classificados Categoria C financiados neste componente se for necessário.

A Finep apresenta um Relatório Semestral de Cumprimento de Gestão de Riscos Socioambientais com a informação sobre as operações financiadas no Componente 3 incluindo qualquer risco particular identificado com as atividades financiadas, medidas de mitigação acordadas com os clientes e o estado de cumprimento delas.

### Objeto de não objeção

Para este componente a Finep deverá encaminhar ao Banco para fins de Não Objeção os documentos a seguir:

* Os editais das chamadas públicas;
* A lista dos projetos a serem financiados com aporte do BID dentro das áreas temáticas elegíveis; e
* Relatório Semestral de cumprimento da gestão de riscos ambientais e sociais.

CAPÍTULO 6 - COMPONENTE 4: Fortalecimento Institucional e Inovação Aberta

## OBJETIVO

O objetivo deste componente é fortalecer as capacidades institucionais da FINEP para o desenho, monitoramento e avaliação de projetos estratégicos. O componente financiará atividades para melhorar as capacidades de aprendizagem da FINEP e das políticas de CTI, incluindo: (i) estudos de prospecção e roadmapping tecnológicos em setores prioritários; (ii) avaliações de impacto de intervenções da FINEP; e (iii) implementação de experimentos piloto de política pública de CTI e plano de disseminação do conhecimento. Um dos experimentos que será financiado consistirá em um mecanismo para introduzir na FINEP a noção de inovação aberta, a qual fará uso intensivo de plataformas de consulta em função das necessidades cidadãs, por meio do enfoque de inovação social[[32]](#footnote-32), que envolve a participação do setor público, privado e universidades. Este mecanismo incluirá três etapas: (i) priorização de temáticas, a ser realizada pela equipe técnica de FINEP em consulta com especialistas externos e com a validação da Diretoria da Finep; (ii) concursos de problemas, a partir dos quais os envolvidos expressarão e priorizarão suas necessidades; e (iii) concursos de soluções, fase em serão identificados os projetos de inovação aberta a serem financiados para atender aos problemas previamente identificados. Além disso, serão financiadas missões para a realização de benchmarking internacionais com agências de inovação de referência em países desenvolvidos e se implementará um sistema de gestão ambiental e social para FINEP.

O objetivo é fortalecer e capacitar a Finep para o planejamento, monitoramento e avaliação de impacto do programa e instrumentos. Financiará também plataformas de consulta e funções de necessidades cidadãs, utilizado o enfoque de inovação social.

Também está previsto para este componente, a construção de capacidades internas para avaliação de impacto e de prospecção tecnológica dos programas de inovação, tendo em vista a experiência do BID na avaliação de resultados e impacto de projetos de inovação.

## AÇÕES FINANCIAVEIS

### Estudos de Prospecção/Roadmaping

Os estudos serão realizados por uma equipe da Finep escolhida dentro dos setores eleitos pela Diretoria Executiva. Os setores realizarão os estudos de Prospecção Tecnológica de forma estandardizada para que sejam comparados ao final e formalizados em conclusão única.

A equipe responsável pelos estudos contará com consultores externos da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Cambridge especializados no tema, para apoiar na execução dos estudos e na aprovação final.

### Implantação do Sistema de Avaliação de Resultados e Impactos

O sistema de avaliação de resultados e impactos está previsto para estar com 100% do seu funcionamento no ano de 2024. Para isso, a Finep, com o apoio do BID e consultoria externa, realizará, como solução a curto prazo e transitória para adaptação do sistema atual, a partir do ano de 2018, as avaliações dos projetos encerrados desde de 2013. Segue abaixo o cronograma para tais avaliações:

|  |  |
| --- | --- |
| **ATIVIDADES** | **DATA** |
| Consultoria para avaliação de resultados de projetos de empresas e ICTs encerrados em 2016 e 2017 | jun/18 |
| Consultoria para avaliação de impactos de projetos de ICTs e empresas encerrados em 2013 e 2014 | jun/18 |
| Consultoria para avaliação de resultados de projetos de empresas e ICTs encerrados em 2018 | jun/19 |
| Consultoria para avaliação de impactos de projetos de ICTs e empresas encerrados em 2015 | jun/19 |
| Consultoria para avaliação de resultados de projetos de empresas e ICTs encerrados em 2019 | jun/20 |
| Consultoria para avaliação de impactos de projetos de ICTs e empresas encerrados em 2016 | jun/20 |
| Consultoria para avaliação de resultados de projetos de empresas e ICTs encerrados em 2020 | jun/21 |
| Consultoria para avaliação de impactos de projetos de ICTs e empresas encerrados em 2017 | jun/21 |

Está previsto também o treinamento em estatística e econometria aplicadas a avaliação de resultado e impacto e a participação da equipe técnica da Finep, responsável pela supramencionada avaliação, em um seminário internacional sobre avaliação de resultados e impactos.

### Benchmarking Internaciona

Realizar um *benchmarking* internacional sobre agências de inovação, o qual se focará na arquitetura, implementação e avaliação de seus instrumentos de apoio, fornecendo elementos de referência para uma melhor atuação da Finep.

OS produtos a serem desenvolvidos são:

* Relatório de Estudo de *Benchmarking* (incluindo síntese, versão completa e slides de apresentação); e
* Relatório de Recomendações à Finep (resultado da discussão do *benchmarking* com os membros da Diretoria, com o CPLAN e com o corpo funcional).

Propõe-se que o *benchmarking* explore os seguintes pontos de comparação:

* Os aspectos essenciais do ambiente regulatório e do SNI em que as agências em estudo se inserem;
* A missão das agências, a sua visão de futuro e ainda, no processo de planejamento do órgão, como as estratégias gerais do Estado são traduzidas em seus objetivos, metas e ações;
* Estrutura de governança, incluindo: (i) de que forma a agência se posiciona em relação aos outros integrantes do SNI, (ii) a sua natureza jurídica, (iii) fontes de financiamento, (iv) os sistemas externos de controle e avaliação.
* Desenho organizacional da agência — envolvendo a gestão de subsidiárias — e o perfil dos recursos humanos empregados, sejam internos ou externos.
* Características dos instrumentos oferecidos, o que abrange objetivo, público-alvo e articulação de atores, processos de seleção e acompanhamento, assim como outros aspectos operacionais relevantes.
* A sinergia observada entre os instrumentos, como também os métodos de avaliação de impacto das ações de agência. Por fim, a capacidade de alavancagem de recursos junto às empresas.

Seleção de agências para o estudo:

O Anexo 3 traz uma pré-seleção das agências a serem visitadas. Como critério inicial, foram buscados países com um notável desempenho inovador, abarcando tanto líderes consolidados quanto países que ganharam mais recentemente destaque no cenário internacional. Chegou-se assim ao conjunto de Canadá, EUA, Alemanha, França, Reino Unido, China, Coreia do Sul, Japão e Singapura. Como próximo passo, a partir de *surveys* da OCDE (2012, 2014) e da pesquisa exploratória destes autores, foram identificadas as agências que trabalham com instrumentos novos ou que possuem atuação reconhecida em mecanismos estimulados pelo Novo Marco Brasileiro de Inovação, como a encomenda pública, a extensão e o bônus tecnológicos. Por fim, de forma complementar, foram incluídos o BPIFrance e o SPRING por possuírem basicamente os mesmos instrumentos que a Finep e, assim, permitirem uma comparação mais direta.

### Inovação Social

Um dos experimentos que serão financiados consistirá em um mecanismo para introduzir a Finep a noção de inovação aberta fazendo uso intenso de plataformas de consulta em função da necessidade cidadã, utilizando o enfoque de inovação social[[33]](#footnote-33) que envolvam o setor público, privado e acadêmico. Este mecanismo incluirá três etapas: (i) priorização das temáticas, a serem realizadas pela equipe técnica da Finep em consulta com especialistas externos e com a validação do Diretório da Finep; (ii) chamadas públicas de problemas, a partir dos quais os envolvidos expressarão e priorizarão suas necessidades; (iii) chamadas públicas de soluções, mediante os quais serão identificados e financiados projetos de inovação que atendam as problemáticas previamente identificadas.

### Gestão do Programa

Está previsto para este item o gasto com viagens, capacitações e despesas gerais do programa, desde que sejam elegíveis, ou seja, que sejam aprovados previamente pelo Banco (quando financiados com aporte do Empréstimo), por meio do seu Plano de Aquisições (PA), e seus objetivos estejam alinhados ao escopo do Programa.

## FLUXO DE DESEMBOLSO

O BID realizará os desembolsos para a Finep seguindo o estabelecido no Capítulo 9 – sessão II, deste Regulamento Operativo e obedecendo as especificações de elegibilidade dos gastos.

A Finep realizará os pagamentos de acordo com sua política interna.

## GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DO PROJETO

Está previsto para este item o gasto do desenho e a implementação dos Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social da operação que define (i) as atividades elegíveis de receber financiamento do Banco; (ii) projetos que permitam identificar riscos potenciais e impactos dos projetos; (iii) os procedimentos vinculados ao acompanhamento requerido em cada componente. Adicionalmente, os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa contribuirá para a consolidação das capacidades da Finep em gestão de riscos ambientais e sociais.

## OBJETO DE NÃO OBJEÇÃO

Para este componente a Finep deverá encaminhar ao Banco para fins de Não Objeção os documentos a seguir:

* O Plano de Aquisições atualizado conforme estipulado no Capítulo 11 – sessão II;
* Os Estudos Finais de Prospecção Tecnológica; e
* A lista final das empresas selecionadas para realização do *benchmarking.*

# CAPÍTULO 7 - CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO

## CUSTO DO PROGRAMA

O orçamento total do Projeto é de US$ 703.150.000,00 (setecentos e treze milhões, cento e cinquenta mil dólares estadunidenses), sendo tais recursos oriundos das seguintes fontes:

* **Financiamento:** recursos do Capital Ordinário do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em montante total de U$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares estadunidenses); e
* **Contrapartida Local:** recursos da Finep, pelo fundo FNDCT, num valor total de US$113.150.000,00 (cento e treze milhões e cento e cinquenta mil dólares estadunidenses).

## DISTRIBUIÇÃO POR FONTE

A distribuição do orçamento do Projeto por fonte dos recursos e componente encontra-se sumarizada na tabela abaixo:

**Custo e financiamento**

(em US$)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria | Banco | Local | Total | % |
| C1: Inovação em Setores Prioritários | 491.400.000 | 31.600.000 | 523.000.000 | 74% |
| C2: Inovação Tecnológica para MPME | 108.600.000 | 100.000 | 108.700.000 | 16% |
| C3: Empreendimento Dinâmico | 0 | 57.600.000 | 57.600.000 | 8% |
| C4: Fortalecimento Institucional e Inovação Aberta | 0 | 14.300.000 | 14.300.000 | 2% |
| TOTAL | **600.000.000** | **103.600.000** | **703.600.000** | **100%** |

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLAN DE DESEMBOLSO ANNUAL (en US$) - PROJETO INNOVAR PARA CRESCER** | | | | | | |
|  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | TOTAL |
|  | **BID** | **BID** | **BID** | **BID** | **BID** | **BID** |
| Componente 1: Innovación en Sectores Prioritarios | 77.7 | 134.8 | 131.8 | 73.6 | 73.6 | 491.4 |
| Componente 2: Innovación Tecnológica para MiPyME | 26.8 | 27.3 | 27.3 | 13.6 | 13.6 | 108.6 |
| Componente 3: Empreendimiento dinámico | - | - | - | - | - | - |
| Componente 4: Fortalecimiento Institucional e Innovación Abierta | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **104.5** | **162.1** | **159.1** | **87.2** | **87.2** | **600.0** |
| Porcentual por ano - recursos BID | 17.5% | 27.0% | 26.5% | 14.5% | 14.5% | 100% |

## CONDIÇÕES GERAIS DO EMPRÉSTIMO

|  |  |
| --- | --- |
| **CONDIÇÕES GERAIS Do EMPRÉSTIMO** | |
| Prazo de Carência do Principal | 5 anos. |
| Prazo de Desembolso | 5 anos. |
| Prazo de Amortização | 25 anos. |
| Moeda | Dólar Americano. |
| Comissão de Compromisso | Até 0,75% sobre o saldo não desembolsado. |
| Juros | Variável, conforme mercado. |

# CAPÍTULO 8 - ORGNIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO

A Finep se compromete a formalizar, por meio de uma portaria, conforme estabelecido nas condições prévias ao primeiro desembolso (Capítulo 9 – sessão II, deste ROP), uma Unidade de Gestão do Projeto, o qual terá como principais funções:

* Suporte ao gerenciamento de projetos;
* Gerenciamento das principais mudanças do escopo do programa;
* Otimização do uso dos recursos organizacionais compartilhados entre todos os projetos;
* Gerenciamento das metodologias, padrões, do risco/oportunidade global e as interdependências entre os projetos no nível da empresa;
* A responsabilidade pela gestão de portfólios.

A Unidade de Gestão do Projeto contará com uma equipe mínima de 1 (um) Coordenador, 2 (dois) Analistas e 1 (um) Estagiário. Ressaltando que uma equipe complementar formada por 4 (quatro) analistas, 1 (um) encarregado operacional, 1 (um) assistente e 1 (um) estagiário será acionada em situações na qual a demanda não consiga ser atendida pela equipe mínima do projeto.

Equipe complementar:

- 4 analistas

- 1 encarregado operacional

- 1 assistente

- 1 estagiário

Coordenador

Equipe mínima

Analista BID 1 (Ponto Focal)

Analista BID 2

Estagiário

O escritório deverá desenvolver as funções abaixo descritas:

* Elaborar, junto com a equipe do BID, toda a documentação necessária para aprovação do projeto pela Diretoria do banco;
* Executar todas as atividades necessárias para aprovação e monitoramento de um financiamento externo pelo governo federal;
* Acompanhar e monitorar o desenvolvimento e execução dos programas e projetos que serão financiados e/ou apoiados com recursos do financiamento do BID ou da contrapartida da Finep;
* Interagir com a equipe de projetos do BID na discussão e definição dos marcos de acompanhamento, indicadores, normas e procedimentos que serão adotados para o financiamento das atividades previstas no Inovar para Crescer;
* Interação com os pontos focais de cada diretoria, responsáveis por auxiliar no desenvolvimento, acompanhamento e execução dos componentes do Projeto associados às suas respectivas áreas de atuação;
* Analisar e coordenar no âmbito da Finep, outras ações correlatas e/ou decorrentes do financiamento;
* Gerenciar as ferramentas e/ou sistemas necessários para acompanhamento do projeto;
* Elaborar relatórios e documentos relacionados ao Projeto Inovar para Crescer; e
* Administrar os recursos do empréstimo;
* A preparação e prestação ao Banco dos instrumentos de planejamento operativo do Programa incluindo os expostos no Capítulo 11;
* A supervisão do avance do programa e a preparação e apresentação dos relatórios de progresso;
* A gestão dos aspectos fiduciários, incluindo a apresentação das auditorias externas;
* A tramitação dos pagamentos correspondentes e adequados arquivos da documentação;
* A preparação dos estados financeiros e solicitações de desembolso;
* O monitoramento e avaliação do programa;
* Assessoramento aos beneficiários;
* A coordenação dos processos de avaliação de proposta apresentadas pelo beneficiário
* A formalização dos contratos de aportes reembolsáveis e não reembolsáveis para o financiamento dos projetos;
* A formalização dos contratos com os Agentes Financeiros acreditados;
* O seguimento dos projetos financiados com recursos do Programa; e
* Implementar o SARAS e ter pessoal capacitado dedicado exclusivamente para a gestão ambiental e social do Programa.

CAPÍTULO 9 - PROCESSOS DE TRABALHO

## PROCESSOS DE AQUISIÇÕES

As aquisições efetuadas pelos Submutuários serão realizadas de acordo com as práticas estabelecidas no setor privado ou práticas comerciais. As aquisições de serviços ou consultoria por parte do Órgão Executor serão feitas de acordo com os procedimentos estabelecidos no documento do Banco Documentos GN-2349-9 e GN-2350-9, versão de março de 2011, bem como com o estabelecido no Contrato de Empréstimo e no Plano de Aquisições do Projeto.

## MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

### Condições prévias ao primeiro desembolso.

O primeiro desembolso do Financiamento estará condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, os seguintes requisitos:

1. **Condições Especiais prévias ao primeiro desembolso:**

* Criação da Unidade Gestora do Projeto (UGP) por uma Portaria com a descrição dos cargos e nomeação dos seus integrantes de carreira com dedicação exclusiva ao Programa;

Apresentação do Regulamento Operacional do Projeto (ROP) e sus anexos incluindo os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa, nos termos previamente acordados com o Banco e sua entrada em vigor por meio de uma Portaria;

* Apresentar ao Banco os modelos finais dos contratos que utilizarão com os subprestatários, com as instituições financeiras acreditadas pela Finep e com os beneficiários dos financiamentos não reembolsáveis, em conformidade com as minutas previamente acordadas com o Banco;
* Que a Finep tenha atualizados os regulamentos e manuais dos programas por meio dos quais canalizarão os recursos dos empréstimos, a fim de garantir a aplicação das disposições do contrato de empréstimo, deste ROP a todos os subprestatários.

Contratação de um consultor independente para o processo de execução diligente de projetos no Componente 1, a avaliação da capacidade institucional de agentes de empréstimos do segundo piso e as atividades de capacitação especificadas nos Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa de acordo com os Termos de Referência (TORs) acordados con el BID e seu no-objeção para a contratação.

1. **Condições gerais prévias ao primeiro desembolso:**

* Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados que estabeleçam, com indicação das disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e, se houver, pelo Fiador no Contrato de Garantia são válidas e exigíveis. Tais pareceres deverão referir-se, ademais, a qualquer consulta jurídica que o Banco considere pertinente formular;
* Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo para os efeitos de solicitar os desembolsos do Empréstimo e em outros atos relacionados com a gestão financeira do Projeto e tenha feito chegar ao Banco, exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente;
* Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha fornecido ao Banco por escrito, através de seu representante autorizado para solicitar os desembolsos do Empréstimo, informação sobre a conta bancária na qual serão depositados todos os desembolsos do Empréstimo. Serão necessárias contas separadas para desembolsos em Moeda Local, Dólar e Moeda Principal. Tal informação não será necessária se o Banco aceitar que os recursos do Empréstimo sejam registrados na conta única da tesouraria do Mutuário;
* Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequada para os propósitos indicados neste Contrato.

### Desembolsos e Fluxo de Recursos

O projeto seguirá as Políticas de Gestão Financeira para Projetos Financiados pelo BID (OP-273-6) e suas possíveis atualizações, bem como as Guias de Desembolsos.

A Finep encaminhará as solicitações de adiantamento de recurso, demonstrando no Plano Financeiro a sua necessidade de liquidez para os próximos 180 dias seguintes à solicitação. Uma vez aprovada, o BID repassará os recursos para a conta aberta pela Finep exclusivamente para movimentação do adiantamento de fundos.

Para efeito de prestação de contas dos recursos do financiamento e do aporte local, serão consideradas as seguintes regras cambiais, na conversão dos valores pagos:

* Para recursos do BID: a taxa de câmbio efetiva na data de conversão da Moeda de Aprovação ou moeda do desembolso na Moeda Local do país do Mutuário;
* Para reembolso de gastos a cargo do financiamento e do reconhecimento de gastos a cargo da contrapartida local: aplicar-se-á o cambio vigente no dia da apresentação ao Banco. Entende-se por data da apresentação a data inserida nos formulários de solicitação, contanto que essa não ultrapasse 5 (cinco) dias úteis da data real de apresentação ao BID.

O Banco considerará para efeitos de gastos executados nos componentes 1, 2 e 3 a transferência bancária da Finep para, respectivamente: as Empresas beneficiárias, os Agentes Financeiros e as Startups beneficiadas.

O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da Contrapartida Local, despesas que tenham sido efetuadas a partir do dia 13 de março de 2017 (data de aprovação do Perfil do Projeto pela Diretoria Executiva do Banco), com não mais de 18 meses (13 de setembro de 2018) desta data, para até o equivalente a US$ 22.630.000,00 (vinte e dois milhões e seiscentos e trinta mil dólares), 20% do valor do aporte local, que resultem de condições substancialmente análogas às estabelecidas no Contrato xxxx/OC-BR;

As despesas que cumpram com os requisitos deste Regulamento Operativo, até o equivalente a US$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares), 20% do valor do financiamento, poderão ser reconhecidas pelo Banco como Despesas Elegíveis e poderão ser reembolsadas desde que tenham sido efetuadas durante 18 meses contados a parti dia 13 de março de 2017 (data de aprovação do Perfil do Projeto pela Diretoria Executiva do Banco) de acordo com condições substancialmente análogas às estabelecidas no Contrato de Empréstimo;

## MECANISMO DE CONTROLE FINANCEIRO

### Sistema de Gestão Financeira

A Finep manterá um sistema de informação financeira aceitável para o Banco que permita o registro financeiro e contábil, a gestão orçamentária, assim como a emissão de relatórios financeiros ou outros relacionados com o uso dos recursos financiados pelo Banco e de outras fontes de financiamento do projeto.

O sistema de gestão financeiro deverá ser capaz de emitir informações/relatórios relevantes para completar os formulários requeridos pelo BID, são elas:

* Estado de Execução do Projeto (com base na contabilidade de Caixa) na moeda do Contrato de Empréstimo (US$);
* Estado de Gastos ou Pagamentos, identificando cada pagamento por fonte de financiamento (BID ou Aporte Local), e com referência as solicitações de desembolso, aprovadas pelo Banco;
* Formato da Conciliação dos Recursos (distinguindo os recursos disponíveis na Conta Exclusiva do Projeto e dos recursos justificados em cada prestação de contas) bem como saldo de rendimentos e outros; e
* Plano Financeiro.

Caso o sistema da Finep não possa ser ajustado para gerar estes relatórios de forma automática, deverá ter uma contabilidade paralela e atualizada sobre o Estado de Execução, o Estado de Gastos e Pagamentos, a Conciliação dos Recursos e o Plano Financeiro. Adicionalmente deverá resguardar/arquivar toda a documentação de respaldo das transações e gastos do Projeto, ter a disposição para a supervisão financeira do Banco e para elaboração de relatórios financeiros auditados anuais.

### Controle Interno

A Finep identifica, avalia e gerencia os riscos associados ao projeto. Para isso, se compromete a administrar os recursos do mesmo, em um ambiente adequado de controle interno aceitável para o Banco que inclua: i) o uso efetivo dos recursos; ii) a confiabilidade da informação financeira; iii) o cumprimento do estabelecido nos contratos e convênios assinados com o Banco, nas leis e regulações aplicáveis.

Também, como parte do controle interno, a Finpe deverá conserva todos os documentos e registros do projeto de acordo com as políticas do Banco e as disposições do contrato xxxx/OC-BR. Além disso, permitir que seus auditores internos, o Banco, seus consultores e os auditores externos designados tenham acesso à sua equipe, seus registros e seus sistemas de gestão financeira.

### Controle Externo

O controle externo será realizado pela Controladoria Geral da União ou por empresa de auditoria externa independente aceitável ao Banco. Durante a execução do Programa a Finep apresentará anualmente ao Banco os Estados Financeiros Auditados do Programa (EFA), dentro dos primeiros 120 dias após o fim do ano fiscal. Os EFA finais serão apresentados dentro de 120 dias após o último desembolso.

O conteúdo dos relatórios e pareceres a serem emitidos deverão seguir os Termos de Referência preparados pela Finep e aceitos pelo Banco, seguindo as normas de auditoria internacionais vigentes e as demais normas e procedimentos observados pelo Banco.

# CAPÍTULO 10 - GESTÃO AMBIENTAL

Para que os projetos sejam elegíveis ao financiamento com recursos do programa, deverão cumprir com: i) as normas ambientais e sociais da legislação brasileira aplicável;(ii) as políticas de salvaguarda do BID segundo as disposições que se estabelecem neste Capítulo; e (iii) as condições específicas de cada componente expostas neste Regulamento Operativo e (iv) com os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa em Anexo.

Os projetos elegíveis deverão assumir o compromisso de observar as disposições relativas à gestão ambiental e social detalhadas neste ROP, o qual deverá estar registrado nos documentos que formalizem ou embasem formalmente (ex.: as Políticas Operacionais da Finep) os contratos entre a Finep e seus prestatarios, sejam eles Empresas ou Agentes Financeiros.

## SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

A Finep se compromete a implementar os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa, anexado ao ROP, para a administração do Programa, aprovado pela sua Diretoria Executiva e acordado com o Banco, com o objetivo de garantir que todas as atividades dos projetos cumpram com as normativas sociais, ambientais, de saúde e segurança do trabalho e requisitos dos trabalhadores brasileiros e Políticas de Salvaguarda do BID Brasileiras e presentes neste ROP.

A FINEP também aprova e implementa a sua própria política de gestão de riscos ambientais e sócias para a administração de todas as suas atividades.

Para os projetos contratados diretamente pela Finep de Categoria B e C serão aplicados os processos e requisitos para cada Componente de financiamento do Programa especificados no ROP[[34]](#footnote-34), e seus anexos e no contrato do Programa. O Programa não financiará atividades na Lista de Exclusão do BID (Anexo I) e também não projetos de Categoria A.

## ATIVIDADES FINANCIÁVEIS

As atividades definidas pela FINEP que estão elegíveis para financiamento no Programa são as seguintes: i) P&D interno; ii) aquisição externa de P&D; iii) aquisição de outros conhecimentos externos; iv) aquisição de software; v) treinamento, vi) introdução das inovações tecnológicas no mercado; vii) aquisição de máquinas e equipamentos; e viii) Escalonamento de protótipos e outras preparações para a produção e distribuição. Atividades de Fusão e Aquisição não serão elegíveis para financiamento do Programa.

Nos setores de alta sensibilidade socioambiental, financiamento de atividades de Aquisição de Máquinas e Equipamentos como também de Produção Pioneira e outras preparações para a produção e distribuição, que possam causar impactos ambientais e sociais negativos, devem ser categorizadas e analisadas segundo os critérios determinados neste ROP e seus anexos.

## FINANCIAMENTO RETROATIVO

Os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa não será aplicado a projetos que já tenham sido autorizados, desembolsados, executados, ou em processo de solicitação de crédito com data anterior a data da assinatura do contrato entre o Banco e a FINEP, ou seja, os Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa não poderá ser aplicado retroativamente. No entanto, para que os projetos sejam elegíveis para o financiamento retroativo, não devem ter atividades na Lista de Exclusão do BID (Anexo I) e devem seguir o descrito abaixo:

* Projetos do Componente 1 classificados como Categoria B, que incluem financiamento de aquisição de maquinas e/ou produção pioneira, deve ser implementado o mesmo processo de acompanhamento especificado no Capítulo 3 (Sessão II, item H) deste Regulamento;
* Projetos do Componente 1 classificados como Categoria C, que unicamente financiam atividades: i) P&D interno; ii) aquisição externa de P&D; iii) aquisição de outros conhecimentos externos; iv) aquisição de software; e/ou v) treinamento, deve ser obtido do beneficiário final uma declaração do cumprimento da legislação ambiental e social vigente; e
* Projetos do Componente 2 e 3, devem obter do beneficiário final uma declaração do cumprimento da legislação ambiental e social vigente.

## SUPERVISÃO

Os projetos de Categoria B, no Componente 1, devem identificar requisitos para a supervisão da gestão ambiental e social nos seus AASs, para os quais o (a) consultor (a) contratado (a) pelo Programa pode realizar visitas de supervisão.

A Finep apresentará um Relatório Semestral de Cumprimento de Gestão de Riscos Socioambientais com informações: i) sobre as operações financiadas em cada Componente do Programa; ii) qualquer risco particular identificado com as atividades financiadas; iii) medidas de mitigação acordadas com os clientes; e iv) o estado de cumprimento das medidas de mitigação.

O Banco supervisará a gestão ambiental e social relacionados com o uso de recursos do Programa, caso necessário, por um (a) especialista do Banco ou um (a) consultor (a) externo (a) contratado (a) pelo Banco. Para este fim, o (a) especialista do Banco ou um (a) consultor (a) contratado (a) pelo Banco poderá realizar visitas de supervisão aos projetos financiados com recursos do Banco.

Se realizará uma avaliação intermediária do Programa para avaliar o cumprimento dos requerimentos ambientais e sócias, incluindo a implementação dos Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa. Para esse fim, Finep proverá e facilitará o acesso do Banco a toda documentação relevante dos projetos.

Caso necessário, o Banco e a Finep acordarão ações e/ou medidas corretivas adequadas para resolver impactos e riscos adversos a fim de melhorar a gestão dos Projetos.

## MODIFICAÇÕES DO REGULAMENTO OPERATIVO

As partes podem acordar modificações no ROP uma vez que não contradizem o contrato existente ou leis ou políticas aplicáveis a cada uma das instituições. A Finep pode sugerir alterações ao presente ROP para se adaptar às novas circunstâncias ou condições que possam surgir durante a sua execução.

Quaisquer modificações ao presente ROP devem respeitar as regras e procedimentos do Banco e terão efeito uma vez que o Banco manifesta a sua não objeção. Alterações aos aspectos ambientais e sociais estão sujeitos à aprovação da Unidade de Salvaguardas Ambientais do Banco.

Se revisará os procedimentos de gestão ambiental e social conjunto com a evacuação posterior a meio término do Programa do cumprimento dos requerimentos ambientais e sócias, incluindo a implementação dos Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa .

CAPÍTULO 11 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

## MISSÃO DE ARRANQUE E VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

Será realizada uma Missão de Arranque da qual participarão o Banco e os principais atores envolvidos na execução do Programa. A Missão terá por objetivo nivelar o conhecimento sobre o Programa: objetivos, impactos e resultados esperados, organização para a execução, instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação, procedimentos de aquisição, procedimentos de desembolso, administração financeira, contabilidade e auditoria externa.

Ao longo da execução do Projeto, o Banco poderá realizar visitas de inspeção técnicas e fiduciárias, para o qual a Finep deverá fornecer toda a informação que lhe seja solicitada.

Será realizada, ao longo da execução do programa, pelo menos uma vez a cada semestre, uma visita técnica da equipe Social Ambiental do Banco, acompanhada da equipe da Finep, aos locais de implantação dos projetos de médio risco.

## INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Finep desenvolverá as atividades do Programa com o auxílio de vários instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação, o qual sempre deverá: consultar, atualizar e apresentar ao Banco, na forma e periodicidade estabelecidas neste ROP.

### Plano de Execução do Programa (PEP)

Este instrumento abrangente estabelece todos os investimentos programados para a duração do Programa, discriminando seus custos por Componente, produto, atividade, tipo e fonte de recursos. Inclui, ainda, o cronograma financeiro e físico de disponibilização de cada produto e o orçamento global. O PEP servirá de base para os demais instrumentos de planejamento e não precisará ser modificado ao longo da execução do Programa, no entanto, o Plano Operacional Anual e o Plano de Aquisições nele contidos, sim, deverão ser atualizados pela Finep, conforme previsto neste ROP.

### Plano Operacional Anual (POA)

O POA estabelece os investimentos que serão realizados durante o período de um ano de execução do Programa. Deve incluir, no mínimo: um cronograma mensal de todas as atividades que deverão ser executadas para a obtenção dos produtos que serão entregues no período, discriminando-as por Componente e com seus respectivos custos identificados; metas físicas para o período e seus indicadores; a programação financeira de compromissos, gastos acumulados e pagamentos; orçamento detalhado do período; e, a partir do segundo POA, um quadro comparativo de valores orçados e executados, ao nível de produto. O POA será atualizado anualmente, acompanhado do Plano de Aquisições e das informações adicionais descritas neste ROP. O POA será encaminhado anualmente ao Banco até 30 de dezembro, contemplando o período seguinte.

### Plano de Aquisições (PA)

Este instrumento, que é parte integrante do POA, relata todas as aquisições e contratações que serão executadas num período de 18 meses, discriminando-as por tipo (consultoria, capacitação, serviços entre outros), e especificando também os métodos utilizados para as aquisições, as fontes de recursos, e os procedimentos aplicados pelo Banco para a revisão (ex-ante ou ex-post). O PA será atualizado anualmente, junto ao POA.

### Relatório de Monitoramento de Progresso (PMR)

Este é o principal mecanismo para o monitoramento do desempenho do Programa. A partir das estimativas temporais de gastos e de cumprimento de metas físicas estabelecidas no planejamento, o PMR alerta o OE e o Banco no caso de atrasos ou outras dificuldades de execução, e assim indica a eventual necessidade de se fazer ajustes. A Finep deverá cumprir todos os compromissos de encaminhar informações ao Banco, para que o PMR possa sempre refletir a situação real da execução do Programa. O PMR deverá ser acompanhado de uma breve descrição dos avanços obtidos no semestre em questão, e as medidas a serem tomadas em caso da existência de desvios na implementação de produtos e metas estabelecidos no POA para o período. A Finep deverá apresentar o PMR dentro de 40 (quarenta) dias seguinte ao término de cada semestre.

### Relatório Final

O Banco irá desenvolver um Relatório de Conclusão do Programa, dentro de 90 (noventa) dias antes do último desembolso. O documento será baseado no conjunto de informações contidas nos diversos instrumentos de monitoramento e avaliação previstos no Programa. O Relatório deverá destacar as lições aprendidas com a execução, e avaliar a efetividade dos instrumentos usados no alcance dos resultados do projeto. O Relatório será apresentado ao final do Programa em seminário com a participação de todos os atores chaves.

### Relatório Semestral Social e Ambiental

O relatório Semestral de Cumprimento de Gestão de Riscos Socioambientais deverá conter informações: i) sobre as operações financiadas em cada Componente do Programa; ii) qualquer risco particular identificado com as atividades financiadas; iii) medidas de mitigação acordadas com os clientes; e iv) o estado de cumprimento das medidas de mitigação.

Não obstante, será realizado, ao meio da execução do Programa, uma Avaliação Intermediária para avaliar o cumprimento dos requerimentos ambientais e sócias, incluindo a implementação dos Procedimentos para a Gestão Ambiental e Social desse Programa..

# ANEXO 1 Lista de Exclusão de Atividades para os Programas do BID

As atividades listadas abaixo, incluindo a produção direta, comércio, ou uso final dos produtos e substâncias mencionadas, não se qualificam para financiamento com recursos do BID. O mesmo se aplica a qualquer companhia envolvida com os produtos, substâncias ou atividades listadas abaixo.

* Atividades ou produtos considerados ilegais segundo acordos e convenções internacionais, segundo as leis e regulamentos do país anfitrião, e segundo requisitos do país anfitrião referentes a aspectos de meio ambiente, saúde, segurança e trabalho;
* Armas e munições;
* Bebidas alcoólicas[[35]](#footnote-35);
* Tabaco[[36]](#footnote-36);
* Jogos, cassinos e empreendimentos equivalentes[[37]](#footnote-37);
* Fauna e flora selvagens ou produtos derivados regulados pela Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)[[38]](#footnote-38);
* Materiais radioativos[[39]](#footnote-39);
* Fibras de asbestos soltas[[40]](#footnote-40);
* Atividades madeireiras comerciais ou compra de equipamento madeireiro para uso em florestas tropicais úmidas primárias[[41]](#footnote-41);
* Produtos ou operações florestais sem gestão sustentável, ou projetos florestais em áreas de alto valor ecológico, com exceção de atividades que envolvam a preservação e uso sustentável e não extrativista de recursos florestais;
* Projetos agrícolas que exijam a remoção de floresta natural não degradada;
* Compostos de bifenil policlorinado (PCBs);
* Produtos farmacêuticos sujeitos à eliminação gradual ou proibição no âmbito internacional[[42]](#footnote-42);
* Pesticidas e herbicidas sujeitos à eliminação gradual ou proibição no âmbito internacional[[43]](#footnote-43);
* Substâncias que afetam a camada de ozônio sujeitas à eliminação gradual no âmbito internacional[[44]](#footnote-44);
* Pesca com redes de deriva no ambiente marinho usando redes com mais de 2,5 km de comprimento;
* Comércio transfronteiriço de resíduos ou derivados,[[45]](#footnote-45) exceto resíduos não perigosos destinados a reciclagem;
* Poluentes orgânicos persistentes (POPs)[[46]](#footnote-46); e
* Não cumprimento dos princípios e direitos fundamentais dos trabalhadores[[47]](#footnote-47).

Lista de Atividades especificas excluídas para a gestão ambiental e social

* Projetos com impactos transfronteiriços;
* Projetos com impacto relevante direto ou indireto em áreas protegidas e outros hábitats naturais;
* Projetos localizados em ou a 10km de distância de áreas protegidas e outros habitats naturais críticos;
* Projetos que introduzam espécies invasoras;
* Projetos com impacto relevante direto ou indireto em sítios sensíveis de relevância crítica histórica, cultural ou arqueológica;
* Projetos localizados em ou a 10km de sítios sensíveis de relevância crítica histórica, cultural ou arqueológica;
* Reassentamento involuntário;
* Deslocação econômico ou perda de sustento da população afeitada;
* Projetos realizados em terras indígenas;
* Projetos com impacto negativo relevante direto ou indireto a grupos indígenas.

# ANEXO 2 Lista de Projetos

Lista de agentes elegíveis para financiamento no Componente 2.

Para ser validado por um (a) consultor (a) contratado (a) pelo Programa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome do Agente** | **Sigla** | **Estado (s) de Atuação** | **Status de Credenciamento** |
| **Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento RS** | **BADESUL** | Rio Grande do Sul | Credenciada |
| **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul** | **BRDE** | Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul & Santa Catarina | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A.** | **AGERIO** | Rio de Janeiro | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A.** | **BADESC** | Santa Catarina | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Paraná S. A.** | **FOMENTO PARANÁ** | Paraná | Credenciada |
| **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.** | **BANRISUL** | Rio Grande do Sul | Credenciada |
| **Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S. A.** | **BDMG** | Minas Gerais | Credenciada |
| **Banco da Amazônia S. A.** | **BASA** | AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR & TO | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A.** | **DESENBAHIA** | Bahia | Credenciada |
| **Agência de Fomento de Alagoas S. A.** | **DESENVOLVE AL** | Alagoas | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A.** | **AGN** | Rio Grande do Norte | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A.** | **DESENVOLVE SP** | São Paulo | Credenciada |
| **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A.** | **BANDES** | Espírito Santo | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A.** | **AGEFEPE** | Pernambuco | Credenciada |
| **Agência de Fomento de Goiás S. A.** | **GOIÁS FOMENTO** | Goiás | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S. A.** | **MT FOMENTO** | Mato Grosso | Credenciada |
| **Agência de Fomento do Tocantins** | **FOMENTO TOCANTINS** | Tocantins | Credenciada |

# ANEXO 3 Agências de Inovação Pré-selecionadas

**Destaques para Análise das agências indicadas por região, 3 a 4 devem ser visitadas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Região** | **Unidade Política** | **Agência / Ministério** | **Cidade sede** | **Destaques para análise** |
| **América** | **Canadá** | CMF - Canadia Media Fund | Toronto | (Atuação em audiovisual, *games* e mídia digital: Economia Criativa)   * Operação do investimento retornável, especialmente acompanhamento. * Forma de seleção de empresas. |
| NSERC - Natural Sciences and Engineering Research Council of Canada | Ottawa | * Programa Strategy for Partnership and Innovation (estímulo à cooperação entre ICTs em empresas. |
| **EUA** | DARPA - Defense Advanced Research Projects Agency | Arlington, Virgina | * Uso da encomenda pública para ICTs e empresas. * Competições voltadas a problemas específicos (ex.: Robô Atlas). |
| NIH - National Institutes of Health | Bethesda, Maryland | * Apoio livre *vs*. apoio orientado à missão (critérios para distribuição de fundos). * Parcerias com o setor privado (Accelerating Medicines Partnership e New Therapeutic Uses Program, p.e.). * Política de Propriedade Intelectual (escritório de transferência de tec.). |
| NIST - National Institute of Standards and Technology | Gaithersburg, Maryland | - *modus operand*i das seguintes iniciativas:   * NNMI - National Network for Manufacturing Innovation (rede para transferência tecnológica – Indústria 4.0). * MEP - Manufacturing Extension Partnership (extensão tecnológica). |
| **Europa** | **Alemanha** | BMBF - Bundesministerium für Bildung und Forschung (Ministério Federal da Educação e Pesquisa) | Bonn | * Processo de estabelecimento de prioridades nacionais (New High-Tech Strategy) e a sua articulação com órgãos descentralizados. * Uso de encomenda pública, instrumentos para SMEs (fundos, incluindo co-investimento, redes de cooperação, etc.). |
| **França** | BPIFrance - Banque Publique d'Investissement | Paris | * Destinação e articulação dos diversos instrumentos usados (subven., crédito, garantia de crédito, fundo direto, fundo de fundos). |
| **Reino Unido** | Innovate UK | Swindon, Wiltshire | * Knowledge Transfer Network (ICTs e Empresas). * SBRI - Small Business Research Initiative (intermediação entre demandas da administração pública e SMEs). * Ultra low carbon vehicle demonstrator program. |
| Nesta | Londres | * Apoio à economia criativa (fundos, redes de mentores). * Competição entre start-ups. * Laboratório de políticas públicas em inovação. |
| **União Europeia** | EIF - European Investment Bank Group | Luxemburgo | * InnovFin – EU Finance for Innovators: programa com diversos instrumentos (crédito, garantia, investimento, co-investimento). |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Região** | **Unidade Política** | **Agência** | **Cidade sede** | **Destaques para análise** |
| **Ásia** | **China** | MOST - Ministério de Ciência e Tecnologia | Pequim | * Apoio a incubadoras e parques tecnológicos. * Avaliação das "zonas inovadoras de demonstração". * Uso da encomenda pública. * Formas de apoio a tecnologias críticas. |
| **Coreia do Sul** | KISTEP - Korean Institute of Science and Technology Evaluation and Planning | Seul | * Métodos de avaliação de desempenho dos instrumentos de inovação. * Métodos de estabelecimento de prioridades para política de C&T&I. |
| KIBO/KOTEC - The Korea Technology Finance Corporation | Busan | * Metodologia de avaliação econômica de tecnologias. * Gestão do risco na cessão de garantias de crédito. |
| SMBA - The Small & Medium Business Administration | Daejeon | * Promoção da encomenda pública para as SMEs inovadoras. * Mediação das SMES com ICTs e clientes, inclusive no exterior. * Gestão de fundos de investimento. |
| **Japão** | JST - Japanese Science and Technology Agency | Saitama e Tóquio | * Tradução da política geral (S&T Basic Plan) em ações executivas por instrumentos de apoio à inovação. * Programas focados em transferência de tecnologia e apoio a empresas, como o Super Cluster Program e o Support Program of Capital Contribution to Early-Stage companies (SUCCESS). * Uso dos escritórios em outros países. |
| NEDO - New Energy and Industrial Technology Development Organization | Cidade de Kawasaki e Osaka. | * Montagem de *roadmaps* para campos tecnológicos e processo de definição de objetivos e metas. * Seleção de projetos para desenvolvimento e para demonstração. * Mecanismo de casamento (*matching*) entre ICTs e empresas. * Uso dos escritórios em outros países |
| **Singapura** | SPRING - The Standards, Productivity and Innovation Board | Singapura | * Destinação e articulação dos diversos instrumentos usados (subven., mentoria, apoio à incubação e aceleração, *vouchers*, investimento direto, crédito). |

# ANEXO 4 Modelo de Termo de Credenciamento

**de Agente Financeiro da Finep**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO CONTRATUAL CÓDIGO N.º | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |
|  | | | | | | |

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, **empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, inscrita no CNPJ sob o nº 33.749.086/0002-90, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto, por seus representantes legais, doravante denominada** FINEP **e, de outro lado, a**

**[NOME DO AGENTE FINANCEIRO]**, [natureza jurídica], com sede no Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº\_\_\_\_ inscrito no CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominado **AGENTE FINANCEIRO**;

**CONSIDERANDO** que o **AGENTE FINANCEIRO**, apresentou proposta demonstrando ter capacidade técnica, gerencial, financeira e legal para avaliar, selecionar e acompanhar projetos reembolsáveis, fiscalizar a utilização dos recursos e efetuar cobrança na execução descentralizada de programas da **FINEP**;

Resolvem as partes celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO** para repasse de recursos e representação, consoante a Decisão da Diretoria Executiva da **FINEP** n° XXXX, de XX/XX/2012, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

O presente instrumento tem por objeto credenciar o **AGENTE FINANCEIRO** como representante da **FINEP** em programas cuja execução seja descentralizada.

###### CLÁUSULA SEGUNDA

###### VALOR

A **FINEP** informará, periodicamente, ao **AGENTE FINANCEIRO**, por Carta de Concessão de Crédito, a disponibilidade de crédito concedida para financiamento das empresas e o prazo para comprometimento dos recursos, bem como o programa a que se refere o crédito.

###### CLÁUSULA TERCEIRA

###### DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O **AGENTE FINANCEIRO** se compromete a tomar conhecimento do Regulamento dos programas da **FINEP** cuja execução seja descentralizada a que pretenda submeter proposta, comprometendo-se a segui-lo, respeitá-lo e aplicar todas as suas disposições, especialmente com relação à sua remuneração e inadimplência, risco da operação, e encargo das Empresas Financiadas, inclusive em casos de inadimplência.
   1. Os Regulamentos dos programas da **FINEP** cuja execução seja descentralizada poderão ser alterados a qualquer tempo, a critério da **FINEP**, comprometendo-se o **AGENTE FINANCEIRO** a acompanhá-los no *site* da **FINEP**.
2. O crédito concedido pela Carta de Disponibilização de Recursos para Concessão de Crédito, no âmbito de qualquer programa da **FINEP** cuja execução seja descentralizada, deverá ser concedido diretamente pelo **AGENTE FINANCEIRO**, sendo vedada a subcontratação de outros agentes financeiros para repasse dos recursos.
3. O **AGENTE FINANCEIRO** define como data para liberação dos recursos pela **FINEP** o **dia \_\_\_**<data a ser definida pelo Agente Financeiro, a partir do dia 10 de cada mês> de cada mês.

**3.1.** O **AGENTE FINANCEIRO** deverá repassar às Empresas Financiadas os recursos liberados pela **FINEP** em até um dia útil, contado da data em que os tiver recebido.

1. Em caso de inadimplência do **AGENTE FINANCEIRO**, serão aplicados os encargos constantes do Regulamento do programa de execução descentralizada mencionado na Carta Disponibilização de Recursos para Concessão de Crédito emitida pela **FINEP**.
2. A **FINEP** poderá suspender a utilização do crédito, ou estabelecer vínculo jurídico diretamente com as Empresas Financiadas, inclusive exigindo destas o pagamento do saldo da dívida das operações repassadas através do **AGENTE FINANCEIRO**, se este deixar de atender aos padrões de desempenho estabelecidos pelas autoridades monetárias ou pela **FINEP**, gerando seu descredenciamento.
3. O **AGENTE FINANCEIRO** poderá ser descredenciado a qualquer tempo, a critério da **FINEP**, conforme Regulamento dos programas da **FINEP** cuja execução seja descentralizada.
4. O presente Termo de Credenciamento entra em vigor na data da sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA**

**FORO DO CONTRATO**

**As partes elegem o foro da Cidade do Rio de Janeiro para solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Termo de Credenciamento, ressalvado à FINEP o direito de optar pelo foro de sua sede.**

**As folhas deste Termo de Credenciamento são rubricadas por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, advogad(o) da FINEP, inscrita na OAB/RJ sob o n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por autorização dos representantes legais que o assinam.**

**E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.**

Rio de Janeiro,

Pela **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| CPF: |  | CPF: |

Pelo **AGENTE FINANCEIRO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| CPF: |  | CPF: |

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| CPF: |  | CPF: |

# ANEXO 5 Modelo de Carta de Disponibilização de Recursos

**para Concessão de Crédito**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP INSTRUMENTO CONTRATUAL CÓDIGO N.º | | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |
|  | | | | | | |

**FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP,** empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, inscrita no CNPJ sob o nº 33.749.086/0002-90, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto, por seus representantes legais, doravante denominada **FINEP** e, de outro lado, a

**CONSIDERANDO** que a **[NOME DO AGENTE FINANCEIRO]** é credenciado na **FINEP** como **AGENTE FINANCEIRO**, através do Termo de Credenciamento nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, firmado em \_\_\_/\_\_\_/2012, para operacionalização do Programa INOVACRED, resolve a FINEP

**DISPONIBILIZAR RECURSOS NO VALOR DE ATÉ R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)**, respeitada a disponibilidade financeira da **FINEP**, para financiamento de projetos de inovação de empresas, nos termos do Regulamento do Programa INOVACRED, nas seguintes condições:

1. O **AGENTE FINANCEIRO** deverá firmar os contratos de financiamento com as Empresas Financiadas no prazo de até 30 (trinta) meses, contados da emissão desta Carta de Concessão de Crédito.
2. O **AGENTE FINANCEIRO** obedecerá o Regulamento do Programa INOVACRED, obrigando-se a segui-lo, respeitá-lo e aplicar todas as disposições nele contidas, especialmente com relação à sua remuneração, risco da operação, e encargo das Empresas Financiadas, inclusive em casos de inadimplência.

**2.1.** O Regulamento do Programa INOVACRED poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da **FINEP**, comprometendo-se o **AGENTE FINANCEIRO** a acompanhá-lo no *site* da FINEP.

1. A primeira solicitação de repasse de recursos realizada pelo **AGENTE FINANCEIRO** representará total anuência ao Regulamento do Programa INOVACRED e compromisso com todas as suas condições.
2. A **FINEP** se reserva o direito de suspender a utilização do crédito, ou estabelecer vínculo jurídico diretamente com as Empresas Financiadas, inclusive exigindo destas o pagamento do saldo da dívida das operações repassadas através do **AGENTE FINANCEIRO**, se este deixar de atender aos padrões de desempenho estabelecidos pelas autoridades monetárias ou pela **FINEP**, gerando seu descredenciamento.

Rio de Janeiro,

Pela **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome: |  | Nome: |
| CPF: |  | CPF: |

# ANEXO 6 Síntese do Mecanismo de Equalização do FNDCT

**aplicável à Linha Inovacred e Inovacred Expresso**

1. **Definição[[48]](#footnote-48)**

A Equalização caracteriza-se como 'a cobertura da diferença entre os encargos decorrentes dos custos de captação e operação e do risco de crédito, incorridos pela Finep, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica'.

Trata-se de um instrumento utilizado em benefício das empresas inovadoras, e permite acesso a financiamentos com taxas de juros mais baixas, similares às do mercado internacional.

Por meio desse mecanismo, típico de subvenção econômica, o FNDCT arca com parte do custo do financiamento concedido a empresas, resultando em uma taxa efetiva de juros competitiva e inferior à que seria adotada pela Finep, quando contabilizados todos os custos de sua intermediação financeira durante todo o prazo do financiamento concedido.

O montante necessário para garantir os recursos correspondentes aos juros equalizados das operações de crédito que contam com o benefício é transferido do FNDCT para a Finep a cada vencimento das obrigações.

Os procedimentos operacionais relativos à essa transferência são definidos pela Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação. A Câmara é também a instância responsável pela aprovação e publicação dos encargos e os critérios de seleção que devem ser utilizados pela Finep na priorização dos projetos candidatos ao benefício da equalização. Entre os benefícios mais importantes para a empresa contemplada com recursos da equalização, destacam-se:

1. redução do custo do financiamento; e

2. pagamento de encargos mínimos durante o período de carência, reduzindo as necessidades do fluxo de caixa durante o período de desenvolvimento do produto, processo ou serviço.

Para a Finep, a Equalização traz as seguintes vantagens:

1. permite apoiar projetos de P,D&I e atender a empresas de forma mais adequada, reduzindo os encargos financeiros das operações de crédito; e

2. possibilita o alinhamento a um ambiente econômico de redução de taxas de juros sem prejudicar sua saúde financeira, uma vez que a Finep não tem dotação orçamentária da União.

1. **Base Legal**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT, instituído pelo Decreto Lei n. 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei no 8.172, de 18 de janeiro de 1991, é de natureza contábil e tem o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País.

O mecanismo de equalização de juros está definida na Lei n. 11.540 de 12 de novembro de 2007 (Capítulo V – Da Aplicação de Recursos):

*“Art. 12. Os recursos do FNDCT referentes às receitas previstas no art. 10 desta Lei poderão ser aplicados nas seguintes modalidades:*

*I – não reembolsável, para financiamentos de despesas correntes e de capital, na forma do regulamento, para:*

*a) projetos de instituições científicas e tecnológicas ICTs e de cooperação entre ICTs e empresas;*

*b) subvenção econômica para empresas; e*

*c) equalização de encargos financeiros nas operações de crédito;”*

E regulamentadas pelo Decreto Lei n. 6.938 de 13 de agosto de 2009 (Capítulo V – Da Aplicação de Recursos):

*“Art. 13. Será efetuada aplicação sob a modalidade não reembolsável para financiamento de despesas correntes e de capital para:*

*I. projetos de instituições científicas e tecnológicas e de cooperação entre elas e empresas, estas na qualidade de intervenientes, vedada a destinação de recursos às citadas empresas;*

*II. subvenção econômica para empresas; e*

*III. equalização de encargos financeiros nas operações de crédito."*

*§ 1º - As instituições referidas no inciso I poderão incluir no plano de aplicação dos projetos a despesa de administração, correspondente aos gastos indivisíveis, usuais e necessários à consecução dos seus objetivos, no montante de até cinco por cento do valor financiado pelo FNDCT, de acordo com a autorização estabelecida no art. 10 da Lei no 10.973, de 2 dezembro de 2004.“*

*(...)*

*§ 6o Caberá ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia aprovar os parâmetros de aplicação dos recursos e fixar os seus limites máximos anuais destinados à equalização de encargos financeiros, de que trata o inciso III, nas operações de crédito realizadas pela FINEP, respeitada a programação orçamentária e financeira aprovada nos termos do inciso IV do art. 5o.*

Na Portaria n. 208 (19 de fevereiro de 2014) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação definiu:

*“CONSIDERANDO as recomendações da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, resolve:*

*Art. 1º A equalização de que trata o art. 14 do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, incidirá sobre os encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e poderá abranger:*

*I - o custo de captação da Finep e de sua administração;*

*II - spread variável, definido pela Finep a cada operação, de acordo com o respectivo risco de crédito.*

*§ 1º A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação fará publicar, trimestralmente, até os dias 5 de janeiro, 5 de abril, 5 de julho e 5 de outubro de cada ano, os encargos financeiros a serem aplicados nas operações de crédito que vierem a ser contratadas nos respectivos trimestres civis, respeitados os valores fixados nos mesmos períodos pelo Conselho Monetário Nacional, assim como os critérios de seleção que serão utilizados pela Finep para a priorização dos projetos a serem beneficiados.*

*§ 2º A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação definirá e fará publicar os procedimentos operacionais relativos à transferência dos recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT para a Finep, que permitirão o cumprimento, por essa Agência Financeira, do disposto no caput do presente artigo.*

*§ 3º Caberá à Finep informar à Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, semestralmente, os montantes utilizados no período, bem como a previsão de utilização de recursos nos exercícios futuros, em função dos compromissos já assumidos.*

*§ 4º O valor das equalizações de taxas de juros ficará limitado ao diferencial entre o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da Finep e dos seus Agentes Financeiros, quando houver, e o encargo do mutuário final.*

*Art. 2º Para se candidatar à obtenção do benefício de que trata o art. 1º desta Portaria, as empresas deverão apresentar à FINEP projetos e/ou programas de desenvolvimento tecnológico a serem realizados no país, consoante a política operacional da referida Agência Financeira.*

*Art. 3º A equalização de que trata esta Portaria somente poderá ser concedida a empresas que apresentem documentação comprobatória do atendimento às seguintes condições:*

*I - comprovação da situação de adimplência relativamente ao recolhimento dos tributos e contribuições federais e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e*

*II - comprovação, quando for o caso, da situação de adimplência do recolhimento da contribuição de intervenção no domínio econômico - instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e alterada pela Lei nº 10.332 de 19 de dezembro de 2001.*

*Art. 4º Todos os contratos em que haja a concessão do benefício de recurso de equalização deverão prever cláusula de expurgo em caso de inadimplemento contratual ao longo de sua execução.*

*§1º Considera-se como inadimplemento contratual as seguintes hipóteses:*

*I - existência de mora no pagamento de qualquer quantia;*

*II - aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado;*

*III - inexatidão nas informações prestadas pela empresa financiada;*

*IV - paralisação do projeto.*

*§ 2º Para fins de caracterização da hipótese do inciso I do parágrafo anterior, considerar-se-á inadimplente financeiramente a empresa que não quitar seus débitos até 20 (vinte) dias após a data fixada contratualmente para o vencimento de cada parcela de juros e/ou amortização, acumulando dois atrasos sucessivos ou intercalados no mesmo exercício.*

*§ 3º A paralisação do projeto não acarretará perda do benefício da equalização se devidamente justificada e nos casos em que a financiada ou interveniente coexecutor, quando houver, não concorreu ou contribuiu, a qualquer título, para sua ocorrência ou elevação do risco natural do projeto.*

*§ 4º Na ocorrência de qualquer das hipóteses de inadimplência contratual previstas nos incisos II, III e IV, a Finep poderá, alternativamente, suspender os desembolsos dos recursos pelo prazo de 30 (trinta) dias até que a empresa financiada preste os esclarecimentos devidos, ou sane as irregularidades identificadas.*

*§ 5º A perda do benefício da equalização produzirá efeitos a partir da data de ocorrência das hipóteses previstas no § 1º até o término da vigência do contrato, nas seguintes condições:*

*I - no caso de inadimplemento financeiro, o expurgo do benefício atingirá as prestações não pagas e as vincendas, de modo que o saldo devedor será recalculado a partir da ocorrência do inadimplemento;*

*II - nas demais hipóteses do § 1º, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º, o expurgo do benefício atingirá as prestações pagas, não pagas e as vincendas, de modo que o saldo devedor será recalculado à data de celebração do contrato.*

*§ 6º Os programas de execução descentralizada que utilizem recursos equalizados deverão prever as condições deste artigo em seu regulamento e instrumentos contratuais.*

*(...)”*

A resolução mas moderna na Câmara Técnica de política de incentivo (Resolução n.1 de 10 de fevereiro de 2017), estabeleceu a manutenção do benefício da equalização de encargos financeiros para os contratos adimplentes financeiramente para o exercício de 2017.

1. **Perda do Benefício de Equalização[[49]](#footnote-49)**

As empresas e outras instituições financiadas estarão sujeitas a perda integral do benefício da equalização caso ocorra uma das hipóteses:

* 1. Aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso;
  2. Inexatidão nas informações prestadas ao Agente Financeiro pela empresa financiada, objetivando a obtenção do financiamento ou durante a execução do contrato de financiamento;
  3. Paralisação do projeto; e
  4. Outras circunstâncias que, a juízo do Agente Financeiro, torne inseguro ou impossível o cumprimento pela empresa financiada das obrigações assumidas no contrato de financiamento ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o financiamento.

No caso de paralização do projeto, item C, poderá não ser aplicado à perda do benefício da equalização e penalidades decorrentes, desde que a EMPRESA FINANCIADA não tenha concorrido ou contribuído, a qualquer título, para o surgimento ou elevação do risco natural do projeto.

# ANEXO 7 Lista de Documentos Exigidos para Avaliação Jurídica

**Documentos da sociedade empresária e/ou para os sócios pessoa jurídica:**

i. Contrato ou Estatuto Social e respectivas alterações registradas na Junta Comercial;

ii. Ato de Designação dos Administradores;

iii. Acordos de Acionistas/Quotistas, caso exista;

iv. Certidão de processos cíveis, trabalhistas, fiscais, de pedido de falência, concordata e recuperações judiciais em trâmite nas Justiça Federal, Estadual e Trabalhista. Na hipótese da existência de processo judicial, o respectivo número, vara e Tribunal em que tramita, a identificação do seu objeto e partes, valor da causa, estágio atual, existência de provisionamento, se for o caso e probabilidade de êxito (possível/provável/remoto);

v. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

vi. Recibo de Entrega Anual da RAIS;

vii. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;

viii. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União, às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

ix. Certificado de Regularidade do FGTS;

x. Declaração da empresa de que os seus acionistas/sócios respeitam as vedações previstas pela Constituição Federal, no artigo 54, incisos I e II, no artigo 27,

§ 1º, e no artigo 29, inciso IX.

xi. Declaração da empresa de que observa e cumpre as disposições previstas na legislação ambiental e mantém-se em situação regular junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente;

xii. Declaração de que a empresa: (a) está em conformidade com todas as normas relativas à saúde ocupacional, direitos humanos e discriminação no local de trabalho; (b) não emprega, ou contrata para o trabalho, crianças ou menores de idade, em desacordo com a legislação trabalhista vigente; (c) não pratica trabalho escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal; (d) não pratica discriminação na relação de emprego, em função de sexo, orientação sexual, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade ou estado gravídico; (e) providencia aos seus funcionários, prepostos e demais pessoas com quem se relacionam, um ambiente seguro de trabalho; (f) trata a todos os funcionários, prepostos e demais pessoas com quem se relacionam com respeito e dignidade; (g) envida seus melhores esforços para não contratar ou subcontratar serviços de terceiros que não cumpram os princípios e políticas descritos nesse item; e (f) os seus dirigentes não foram condenados por trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual ou racismo;

xiii. Declaração subscrita contendo a qualificação das sociedades nas quais os sócios da proponente possuam participação no capital social, sejam administradores ou, ainda, exerçam atividades equiparadas em outra(s) pessoa(s) jurídica(s), ou declaração da inexistência dessa ocorrência, devendo ser apresentadas certidões das Juntas Comerciais e do(s) Cartório(s) de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do endereço do domicílio dos respectivos sócios;

xiv. Alvará de funcionamento;

xv. Licenciamento ambiental para o exercício da atividade;

**Documentos dos acionistas/sócios pessoa física:**

i. Documento de identidade;

ii. Comprovante de Situação Cadastral no CPF;

iii. Comprovante de residência;

iv. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

v. Certidão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais em trâmite nas Justiça Federal, Estadual e Trabalhista. Na hipótese da existência de processo judicial, o respectivo número, vara e Tribunal em que tramita, a identificação do seu objeto e partes, valor da causa, estágio atual, existência de provisionamento, se for o caso e probabilidade de êxito (possível/provável/remoto);

Para ciência, serão verificadas pela Finep a regularidade da sociedade empresária e/ou os seus sócios, sob pena de exclusão do processo de seleção, com os seguintes bancos de dados:

a. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

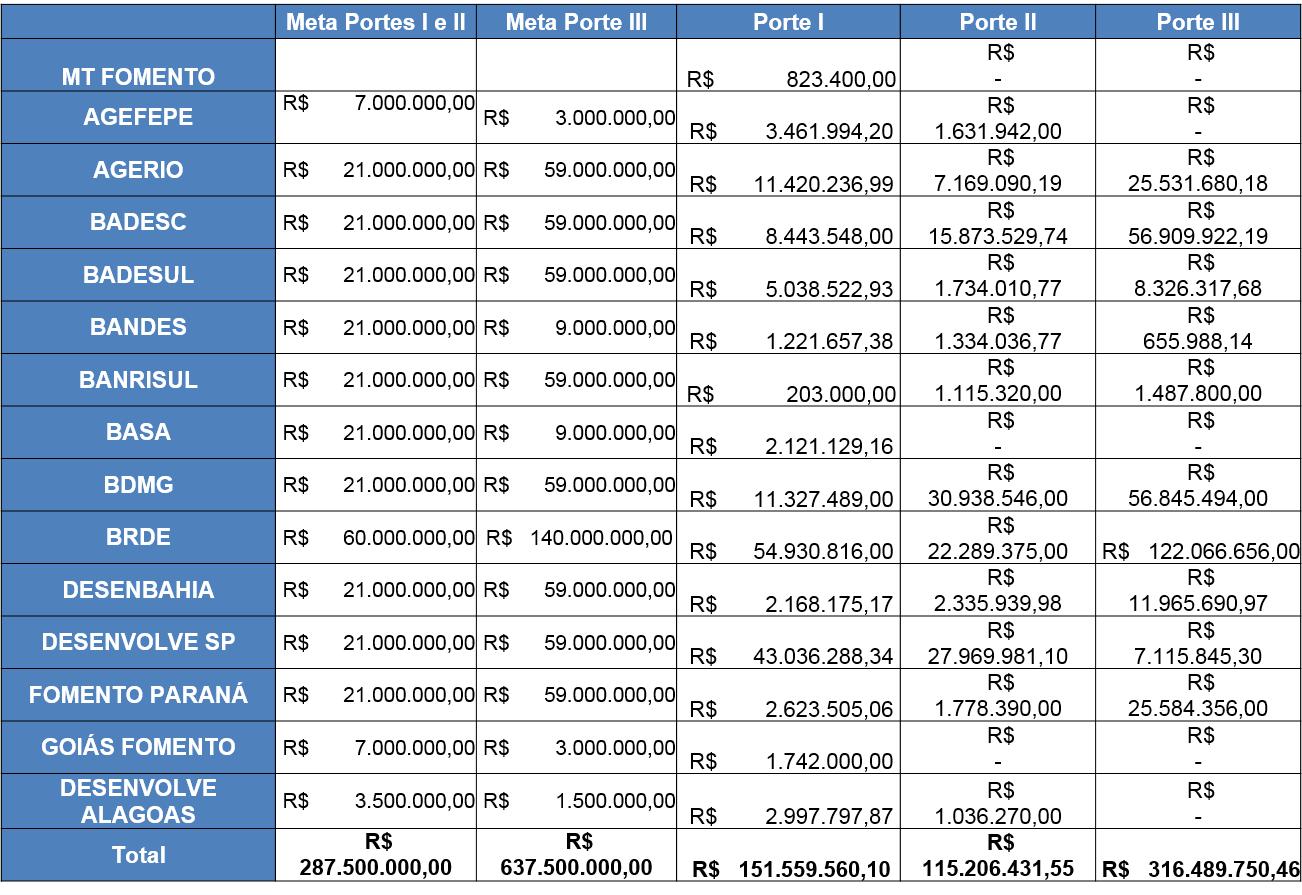
c. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

d. Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial nº 04 de 11 de maio de 2016)

# ANEXO 8 Contratações por Porte e por Agente Financeiro Credenciado

**Valor Contratado [[50]](#footnote-50)**

8

**

# ANEXO 9 Procedimentos de Gestão Ambiental e Social da FINEP

1. Os setores que serão financiados pelo Programa são: indústria química, mineração e transformação mineral, biocombustíveis avançados, agroindústria, alimentos e bebidas, tecnologias de informação e comunicação, saúde e metalmecânica. A seleção é consistente com as recomendações do Governo Federal e são setores com alta demanda de apoio à inovação, maior risco tecnológico além de serem intensivos em ciência, tecnologia e inovação (CTI) e possuírem alto impacto nas cadeias produtivas (upstream e downstream). [↑](#footnote-ref-1)
2. As ICT são organismos ou entidades da administração pública ou entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como missão institucional executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. [↑](#footnote-ref-2)
3. De acordo com a legislação brasileira, recursos não reembolsáveis para empresas são considerados subvenção econômica. Este instrumento busca mitigar a ausência ou deficiência na disposição por parte do setor privado a aproveitar determinadas oportunidades de inovação que são de interesse público. Esta modalidade de financiamento foi criada a partir da aprovação e regulamentação da Lei de Inovação e da Lei do Bem. Entretanto, como a Lei do Bem refere-se à concessão de benefícios fiscais, o presente programa atuará somente com a subvenção econômica prevista na Lei de Inovação. [↑](#footnote-ref-3)
4. Os critérios de elegibilidade dos projetos a serem financiados com recursos não reembolsáveis seguirão a Política Operacional da FINEP, em que cada projeto submetido passa por um processo de revisão independente que considera pelo menos 130 indicadores técnicos e financeiros. Todo o processo de revisão dos projetos será transparente e tanto os critérios como os resultados serão amplamente divulgados em todos os canais institucionais da FINEP. [↑](#footnote-ref-4)
5. O financiamento de projetos de inovação em ICT e a concessão de recursos não reembolsáveis para a inovação em empresas serão financiadas com aporte local através da utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (FNDCT), o qual tem a FINEP como Secretaria Executiva. As condições gerais para a combinação dos instrumentos de financiamento serão definidas em cada edital em função da disponibilidade orçamentária anual do FNDCT e deverão receber a não objeção do Banco. [↑](#footnote-ref-5)
6. Essas iniciativas são, em especial: a política industrial, a política social, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), o Brasil Sem Miséria, o Programa de Aceleração do Crescimento, a Política Nacional de Defesa e as atividades de inovação compreendidas nas políticas ministeriais; [↑](#footnote-ref-6)
7. ICT são organismos ou entidades da administração pública, que tem a missão institucional de executar atividades de investigação básica ou aplicada de caráter cientifico ou tecnológico (Fonte: Lei de Inovação brasileira - n.10.973 de 02/12/2004). [↑](#footnote-ref-7)
8. Segundo a legislação brasileira, aportes não reembolsáveis para empresas são tratados como Subvenção Econômica para empresas. O instrumento de subvenção econômica busca mitigar a ausência ou deficiência de disposição por parte do setor privado para aproveitar determinadas oportunidades de inovação de produtos identificados pelo interesse público. Para atender o interesse público em inovação a subvenção econômica deverá estar presente: (i) quando determinadas necessidades não são atrativas para o setor privado; e, (ii) quando existe o ânimo privado, mas debilidades relevantes no mercado acabam inviabilizando os investimentos necessários. Essa modalidade de financiamento foi criada e regulamentada a partir da aprovação da Lei de Inovação (Lei n. 10.973 de 2/12/2004 e Decreto n. 5.563 de 11/10/2005) e da Lei do Bem (Lei n. 11.196 de 25/11/2005 e Decreto 5.798 de 07/07/20106). Porem, como a Lei do Bem se refere à concessão de benefícios fiscais, o presente programa atuará somente com a subvenção econômica prevista pela Lei de Inovação. [↑](#footnote-ref-8)
9. #### Os recursos podem ser originados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), e de convênios de cooperação com Ministérios, Órgãos e Instituições setoriais.

   [↑](#footnote-ref-9)
10. <http://www.abdi.com.br/Estudo/Plano%20Brasil%20Maior%20-%20FINAL.pdf> [↑](#footnote-ref-10)
11. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2233.htm> [↑](#footnote-ref-11)
12. [http://download.Finep.gov.br/formulariosManuais/ListaDocumentos.pdf](http://download.finep.gov.br/formulariosManuais/ListaDocumentos.pdf) [↑](#footnote-ref-12)
13. <http://download.finep.gov.br/formulariosManuais/ManualGarantias.pdf> [↑](#footnote-ref-13)
14. <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/chamada_publica_FEPprospec0311_Relatorio_Final.pdf> [↑](#footnote-ref-14)
15. Os bancos de desenvolvimento e agências de fomento que integram o Sistema Nacional de Fomento (SNF) proporcionam a Finep capilaridade, o que lhe a permite responder de forma mais adequada as necessidades nacionais. [↑](#footnote-ref-15)
16. De acordo com a OCDE, as inovações podem ser de quatro categorias: inovação de produto, inovação de processo, inovação organizacional e inovação de marketing. [↑](#footnote-ref-16)
17. Os gastos elegíveis e os mecanismos de seleção associados a esta linha rápida são definidos no ROP. [↑](#footnote-ref-17)
18. As informações completas a respeito do programa INOVACred estão disponíveis no Manual Operacional e de Orientação aos Agentes Financeiros, atualização 2014 ([https://www.Finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/programas-e-linhas/inovacred/manual-inovacred.pdf](https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/programas-e-linhas/inovacred/manual-inovacred.pdf)) [↑](#footnote-ref-18)
19. Para aferir a receita operacional bruta, seguem-se as orientações a seguir: (i) Considera-se receita operacional bruta a receita auferida no ano-calendário com o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. (ii) Na hipótese de empresas que não tenham operado os 12 (doze) meses do ano-calendário de referência, a receita operacional bruta apresentada pela empresa financiada deverá ser anualizada proporcionalmente ao número de meses em que a empresa houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. (iii) Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de receita utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. E, (iii) nos casos de empresas que apresentam alta sazonalidade em seus faturamentos em relação a um exercício para outro, será considerado o valor médio da receita operacional bruta auferida nos dois últimos exercícios findos. [↑](#footnote-ref-19)
20. A síntese do Mecanismo de Equalização do FNDCT aplicável à Linha Inovacred e Inovacred Expresso está no Anexo 6 [↑](#footnote-ref-20)
21. São considerados incentivos de apoio do Governo: i) incentivos fiscais à P&D e inovação tecnológica obtidos, conforme previsto no Capítulo III da Lei nº 11.196/2005 nos últimos 5 anos; ii) subvenção econômica à P&D nos últimos 10 anos. (Ex.: Subvenção Nacional FINEP, TECNOVA, PAPPE Subvenção, PAPPE Integração, PRIME, Editais estaduais, etc.); iii) financiamento a projetos de P&D e inovação tecnológica em parceria com universidades ou institutos de pesquisa nos últimos 5 anos. (Ex.: NAGI, SIBRATEC, SENAI/SESI, etc.); iv) financiamento a projetos de P&D e inovação tecnológica sem parceria com universidades ou institutos de pesquisa nos últimos 5 anos. (Ex.: FINEP 30 dias, Juro Zero, Inova Brasil, MPME inovadora do BNDES, etc.); v) Bolsas RHAE/CNPq para pesquisadores em empresas nos últimos 5 anos; e vi) aporte de recursos de capital de risco nos últimos 5 anos para empresas inovadoras apoiadas por fundos de venture capital que tenham participação de recursos públicos. [↑](#footnote-ref-21)
22. Deverão: i) possuir registro de patente no INPI nos últimos 5 anos, a contar do registro obtido até a data do pedido de financiamento no Agente; ii) ter depositado pedido de patente no INPI no mesmo ano do protocolo da proposta de financiamento ou nos dois anos anteriores, desde que o pedido de patente esteja válido até o momento do protocolo do pedido de financiamento no Agente Financeiro; e iii) possuir registro de Direito Autoral nos últimos 5 anos – Aplicável apenas em caso de Software, a contar do registro obtido até a data do pedido de financiamento no Agente. [↑](#footnote-ref-22)
23. No momento do pedido, a empresa deverá comprovar que está instalada numa Incubadora de Base Tecnológica ou Parque Tecnológico, através de declaração comprobatória obtida junto à Instituição. [↑](#footnote-ref-23)
24. A opção de compra é um direito e não uma obrigação de compra de um ativo em uma data futura, de acordo com os critérios estabelecidos em um contrato. De forma simplificada, é um contrato financeiro entre duas partes em que se estabelece o prazo, o montante a ser pago por uma das partes e as condições de co-inversão. Finep a define como sendo um contrato particular de outorga de opção de subscrição de participação social sem restrições ao direito de voto entre Finep e a empresa candidata com a anuência dos sócios. [↑](#footnote-ref-24)
25. Esta vinculação será facilitada através de workshops de disseminação por parte das MPME, em conjunto com entidades representativas da indústria de capital empreendedor financiados por este componente. [↑](#footnote-ref-25)
26. O desenvolvimento de empreendimentos dinâmicos não ocorre “no vazio” e tampouco depende unicamente da disponibilidade de capital. Os empreendimentos dinâmicos surgem em um contexto sistêmico formado por uma comunidade de negócios em que um conjunto de nutrientes tangíveis e intangíveis, propiciados por diferentes agentes econômicos, retroalimentam o ecossistema. Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), 2011. [↑](#footnote-ref-26)
27. A critério da FINEP o prazo poderá ser estendido por mais dois anos, totalizando um vencimento de até cinco anos. [↑](#footnote-ref-27)
28. Nos termos deste documento, “Oferta Pública Qualificada” significa um compromisso firme subscrito de Oferta Pública das Ações ou de ações de qualquer das Filiadas, Controladas, Sociedade de Simples Participação, ou que, de qualquer forma, possua participação societária direta ou indireta em instituição relevante de negociação de valores mobiliários. [↑](#footnote-ref-28)
29. Nos termos deste documento “Evento de Liquidez” significa (i) a captação, realizada exclusivamente junto a um investidor ou grupo de investidores qualificados, conforme definido pela INSTRUÇÃO CVM Nº 554, de pelo menos R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por meio de ações emitidas pela Sociedade ao valuation pre-money mínimo de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), exclusivamente por recursos em forma de dinheiro, ou (ii) a venda ou alienação, em uma ou em série de operações correlatas, dos negócios, ativos e obrigações da Companhia pelo Acionista Controlador Vendedor a qualquer pessoa ou companhia (inclusive um grupo), com exceção dos acionistas da Companhia ou de suas afiliadas ou subsidiárias, ou (iii) uma “Oferta Pública Qualificada”. [↑](#footnote-ref-29)
30. Nos termos deste documento, “Valuation Post-Money” significa o valor da empresa considerando o apoio financeiro realizado. É dado pela soma do “Valuation Pre-Money” e o novo capital investido.

    . [↑](#footnote-ref-30)
31. A lista dos documentos necessários para esta etapa encontra-se no anexo 7 [↑](#footnote-ref-31)
32. A inovação social refere-se a novos processos, produtos e modelos de negócio que promovam a participação ativa dos beneficiários dentro do processo de inovação. [↑](#footnote-ref-32)
33. Inovação social alude a novos processos, produtos e modelos de negócio que promovem a participação ativa dos beneficiários dentro do processo de inovação. [↑](#footnote-ref-33)
34. Para o componente 1 as especificações estão descritas no Capítulo 03, sessão II, Item H; Para o componente 2 estão descritas no Capítulo 4, sessão IV, Item A; e Para o componente 3 estão descritas no Capítulo 5, sessão III Item E. [↑](#footnote-ref-34)
35. Não se aplica a companhias para as quais as operações ou atividades referentes a esses critérios compreendem menos de 10% da receita anual total da companhia. [↑](#footnote-ref-35)
36. Não se aplica a companhias para as quais as operações ou atividades referentes a esses critérios compreendem menos de 10% da receita anual total da companhia. [↑](#footnote-ref-36)
37. Não se aplica a companhias para as quais as operações ou atividades referentes a esses critérios compreendem menos de 10% da receita anual total da companhia. [↑](#footnote-ref-37)
38. [www.cites.org](http://www.cites.org) [↑](#footnote-ref-38)
39. Não se aplica à compra de equipamento médico, equipamento de controle de qualidade (medição) e qualquer equipamento em que se possa demonstrar que a fonte radioativa é trivial e/ou adequadamente protegida [↑](#footnote-ref-39)
40. Não se aplica à compra e uso de folhas de cimento de asbestos atadas com conteúdo de asbestos <20%. [↑](#footnote-ref-40)
41. Floresta primária é definida como floresta relativamente intacta que não tenha sido essencialmente modificada por atividade humana nos últimos 60 a 80 anos; floresta tropical úmida é geralmente definida como floresta em áreas que recebem pelo menos 100 mm de chuvas em qualquer mês por dois em cada três anos e tem uma temperatura média anual de 240 C ou superior. [↑](#footnote-ref-41)
42. Produtos farmacêuticos sujeitos a eliminação gradual ou proibição em: Nações Unidas, Banned Products: Consolidated List of Products Whose Consumption and/or Sale Have Been Banned, Withdrawn, Severely Restricted or not Approved by Governments. (última versão 2001, [www.who.int/medicines/library/qsm/edm-qsm-2001-3/edm-qsm-2001\_3.pdf](http://www.who.int/medicines/library/qsm/edm-qsm-2001-3/edm-qsm-2001_3.pdf)) [↑](#footnote-ref-42)
43. Pesticidas e herbicidas sujeitos a eliminação gradual ou proibição incluídos na Convenção de Rotterdam ([www.pic.int](http://www.pic.int)) e na Convenção de Estocolmo ([www.pops.int](http://www.pops.int)). [↑](#footnote-ref-43)
44. Substâncias que afetam a camada de ozônio são compostos químicos que reagem ao ozônio estratosférico e o afetam, resultando nos famosos ‘buracos de ozônio’. O Protocolo de Montreal lista essas substâncias e as datas para sua redução e eliminação gradual. Os compostos químicos regulados pelo Protocolo de Montreal incluem aerossóis, refrigerantes, agentes espumantes, solventes e agentes de proteção contra o fogo. ([www.unep.org/ozone/montreal.shtml](http://www.unep.org/ozone/montreal.shtml)). [↑](#footnote-ref-44)
45. Segundo definição da Convenção de Basiléia ([www.basel.int](http://www.basel.int)). [↑](#footnote-ref-45)
46. Definidos pela Convenção Internacional sobre redução e eliminação de poluentes orgânicos persistentes (POPs) (setembro de 1999), atualmente incluem os pesticidas aldrin, clordano, dieldrin, endrin, heptacloro, mirex e toxafeno, bem como clorobenzeno químico industrial ([www.pops.int](http://www.pops.int)) [↑](#footnote-ref-46)
47. Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho são (i) liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (iii) proibição do trabalho infantil, incluindo, entre outras, a proibição de pessoas menores de 18 de trabalhar em condições perigosas (que inclui atividades de construção), pessoas menores de 18 de trabalhar à noite e que pessoas menores de 18 sejam consideradas aptas a trabalhar após exame médico; (iv) eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação, sendo discriminação definida como qualquer distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social. (Organização Internacional do Trabalho: [www.ilo.org](http://www.ilo.org)) [↑](#footnote-ref-47)
48. Conforme <http://fndct.mcti.gov.br/equalizacao> [↑](#footnote-ref-48)
49. Finep. “Manual Operacional de Orientação aos Agentes Financeiros” [versão 16.04.2015]. [↑](#footnote-ref-49)
50. FINEP. Relatório Gerencial Inovacred, janeiro de 2017. [↑](#footnote-ref-50)